

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 09
DE JANEIRO DE 2023-----**

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: ---
Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Diana Catarina Rodrigues Monteiro, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Luís António Vaz do Couto, Vereadores.-----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e seis minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. Desejar um bom ano, antes de mais, com muita saúde acima de tudo. Sobre a ata da última Reunião de Câmara, há alguma questão a dizer? Senhor Vereador?” -----

- **Luís Couto, Vereador.** “Não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então consideramos a mesma aprovada. No período Antes da Ordem do Dia, umas breves notas. O Magusto da Velha regressou à Aldeia Viçosa após o interregno de dois anos, devido à Pandemia provocada pela Covid – 19. Nesta edição, que contou com a presença do Presidente da República, para além da habitual distribuição de castanhas e de vinho, houve também rebuçados para as crianças e a degustação de torradas com azeite. -----

A animação da iniciativa contou com a dramatização do Testamento pelo grupo Hereditas, sendo que este Magusto da Velha que remonta ao século XVII, como todos sabemos, e é revivido anualmente no dia a seguir ao Natal, nesta localidade do concelho da Guarda. -----

Ainda neste dia, no âmbito da visita aos territórios afetados pelo grande incêndio, que no passado mês de agosto deflagrou na Serra da Estrela, o Presidente da República marcou presença nos Paços do Concelho onde decorreu a apresentação do início da elaboração do Plano Operacional de Resposta Integrada aos Incêndios Rurais da Serra da Estrela, incluído no Plano de Revitalização do Parque Natural, exigido pelas seis autarquias afetadas. -----

Nesta sessão, que contou com a presença de diversas individualidades do elenco governativo, da Proteção Civil, da PSP e GNR nacionais e regionais, enquanto Presidente da Câmara, foi por mim garantido que «todos nós continuamos a reivindicar os meios para revigorar a floresta, a agricultura e a pecuária dos nossos territórios» acrescentando que «o Parque Natural da Serra da Estrela tem de ter gente e ordenamento do território, para que os fogos não sejam descontrolados como até agora tem acontecido. Sem gente, sem agricultura, sem floresta autóctone ordenada, o Parque Natural continuará a ser uma autêntica bomba relógio.» Reivindicamos os apoios que estão em falta, quer para os agricultores, quer para as infraestruturas municipais, cujos prejuízos ascendem a milhões de euros. -----

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, evidenciou a união entre os Municípios afetados pela calamidade, referindo que um dos principais objetivos desta visita foi o contacto próximo com as populações, e que as expectativas foram superadas. Indo ao encontro dos discursos da sessão, o Chefe de Estado reforçou que, para fixar pessoas numa região, é essencial manter estruturas cruciais, nomeadamente em matéria de saúde, não as enfraquecendo e reforçá-las onde elas

são insuficientes, bem como implementar mais medidas para estimular a atividade económica e social. -----

E, por último, Isac é o bebé do ano no distrito da Guarda. Foi o primeiro a nascer na maternidade do Hospital Sousa Martins, em dois mil e vinte e três. Nasceu de cesariana, a dois de janeiro, pelas vinte e três horas e quarenta e seis minutos, com três quilos, oitocentas e sessenta e cinco gramas. Trata-se do primeiro filho de um casal, residente no concelho de Trancoso, que recebeu algumas lembranças do Município da Guarda, entre elas o Anjo da Guarda. -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

– Alteração Número 9 - Modificações às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI E AMR). -----

– Alteração Número 9 ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2022. -----

– Conta Final da Empreitada: “Execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas em Quinta de Cima e Vila Mendo (Subsistema de Saneamento de Vila Fernando) – Vila Mendo” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E, por agora, é só. Senhor Vereador Luís Couto?” ---

- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bom ano a todos, também. Desculpem este pequenino atraso, mas hoje pelos vistos veio toda a gente à feira e não há onde por nenhum carro. -----

Eu tinha apenas aqui uma questão para colocar, um pedido de informação, e também uma sugestão. Sugestão esta, que tem a ver com algumas Juntas de Freguesia, de me terem feito chegar esta necessidade. Começando já pelas Juntas de Freguesia, era pedir à Câmara Municipal se era possível quando intervêm numa determinada área, que pertence a uma determinada Junta, se pode ser informada a Junta de Freguesia. Por exemplo numa reparação, para a Junta poder estar presente, verificar essa reparação, ajudar nessa reparação e, portanto, eles pedem-me que eu transmita esta situação à Câmara da Guarda, ao Executivo. -----

Depois tivemos conhecimento, também, não sei se a Câmara nos pode ajudar neste sentido, que um tal profissional de uma empresa AR Consultores está a fazer um inquérito junto das Freguesias do concelho da Guarda, e gostaríamos de saber se a Câmara sabe, qual é o propósito do inquérito, saber se há alguma informação que nos possa ser dada. -----

Por último, foi adjudicado uma consultoria em saúde a uma empresa por trinta e oito mil euros, gostaríamos de saber para fazer o quê? O que é que esta empresa vai ..., o que é que é isto de consultoria em saúde? E, quem é a empresa?" -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito boa tarde a todos. Também desejar um bom ano a todos os presentes e respetiva família. Senhor Presidente, relativamente à alteração orçamental número nove de dois mil e vinte e dois, que nos é dado para conhecimento, é referido aqui um parecer do consultor financeiro, mas depois só fica aqui mesmo uma conclusão, se calhar seria importante, muitas vezes, que os pareceres também instruísem a proposta. -----

Desde logo, porque na verdade aquilo que o Executivo está aqui a fazer é uma alteração orçamental, há também entendimentos de que devia ser por via da revisão orçamental, não questionamos a opção, embora haja aqui um défice de informação nesta matéria, na medida em que gostaríamos de perceber os pressupostos desta conclusão, de que por via da alteração orçamental poderemos retirar do orçamento de dois mil e vinte e dois cerca de 6.5 milhões de euros. -----

Aliás, e essa é a conclusão que fica hoje aqui também registado pelas palavras do grupo dos Vereadores do PSD, há um ano atrás, vinte milhões de euros de fundos comunitários, no orçamento, logo vimos que era um empolamento do orçamento, na medida em que, se é difícil os dezanove milhões, mais difícil seria a sua execução num período pós-pandemia. -----

No entanto, o Executivo teve, na nossa opinião, mais «olhos que barriga» e quis de facto ter o maior orçamento dos últimos oito anos e, portanto, levou a que na rubrica 10.03.07 que os fundos comunitários tivessem na altura um valor de dezanove milhões de euros e, portanto, agora assistimos aqui a uma redução de 6.5 milhões de euros desse valor. E, portanto, uma revisão em baixa que aqui se considera uma alteração orçamental em baixa na sequência daquilo que foi a incapacidade deste Executivo em executar aquilo que planeou em outubro de dois mil e vinte e um, e nada que fosse uma novidade para nós, na medida em que conhecíamos as circunstâncias e muito mais sabíamos também da dificuldade que seria realizar e executar um orçamento cujo valor da receita e da despesa estava, naturalmente, empolado, de difícil execução. -----

E, portanto, o Executivo na altura até por conselho dos Vereadores do Partido Social Democrata poderia ter arrepiado caminho, evitar de ter um orçamento nesse valor correndo riscos, exatamente a não execução e as consequências que a lei determina que é também o não pagamento das transferências do Estado, se for recorrente esta situação de haver baixo índice de execução. -----

Ainda assim, não sabemos qual é o índice de execução de dois mil e vinte e dois, mas confirmamos, efetivamente, aquilo que já se previa que o orçamento não iria, de facto, ter a execução que era prevista e conseqüentemente, portanto, a revisão, neste caso, a alteração impõe-se como refere esta alteração orçamental número nove de dois mil e vinte e dois. -----

Ou seja, seis milhões e meio é muito dinheiro que o Executivo não conseguiu, dentro daquilo que era o seu planeamento, executar e, portanto, demonstrou claramente que aquilo que era a resposta às necessidades sociais e todas elas, quer económicas, quer culturais e todas as áreas de intervenção do Município ficou aquém daquilo que era a exigência do povo e, por outro lado, a obrigação deste Executivo. Registamos,

portanto, esta alteração, no nosso entendimento revisão, em baixa de 6.5 milhões do orçamento de dois mil e vinte e dois. -----

Relativamente a uma outra questão, o Vereador Vítor Amaral tomará a palavra para dela fazer uso.” -----

- Vítor Amaral, Vereador: “Muito obrigado. Cumprimentar todos, desejar bom ano a todos. E, queria fazer esta intervenção que passo a fazer. -----

Senhor Presidente, pese embora todas as informações vindas a público sobre o caso TMG/DGARTES, e que deixou a Guarda com uma imagem pública nacional negativa, há - além da falácia do argumento financeiro, que explicamos a seguir - um importante pormenor que falta clarificar e que implica o relatório técnico usado como bode expiatório para se desresponsabilizar e abdicar de um importante e pioneiro apoio do Estado ao teatro. -----

Mesmo sem conhecermos o teor geral do relatório – que aqui pedimos e que ainda não nos foi dado acesso - dá para entender, pelas explicações dadas pelo senhor Presidente à Comunicação Social, que só a partir de outubro (meio ano depois de se saber da aprovação da candidatura) manteve reuniões com os técnicos do teatro. E que aí, a dois meses do final do ano que já devia ter sido integrado nos pressupostos e exigências do contrato, os mesmos técnicos terão defendido que não havia condições para o TMG cumprir com a DGARTES. -----

Aqui, encontramos uma das razões pelas quais qualquer técnico teria que dizer o que alegadamente disse e que serviu que nem uma luva aos propósitos políticos. Nenhum técnico queria, na minha opinião, ficar associado ao descalabro de se assumir uma candidatura ao fim de quase um ano, sem que nada tivesse sido feito para corresponder, em termos de orientação política, à sua efetiva concretização. -----

É essa a razão de os técnicos terem sido «obrigados» a assumir, pelas evidências do tempo que passou e da decisão que tardou, a baixar os braços. Se só a partir de outubro manteve reuniões, depois de meio ano após resultados sem qualquer

acompanhamento, orientação ou decisão política sobre o que fazer, como fazer, já não havia condições para se assumir o que quer que fosse. -----

Quem da equipa técnica, desmoralizada pela inação política, assumiria, de ânimo em alta, que ainda havia condições para se assinar um contrato que manifestamente já não reunia condições para se concretizar!? Quando, na prática, o plano da candidatura já estava em incumprimento. Então foi preciso encontrar aqui uma desculpa para que o Executivo saísse menos mal. Mas saiu muito mal. -----

Portanto, é preciso perceber o contexto e o tempo em que surge este relatório, e o relatório é um relatório, não é um parecer ou não é vinculativo, concluindo-se que foi usado indevidamente como refúgio de uma decisão exclusivamente política. Uma desastrosa decisão, de quem não tem rumo credível para a Cultura, uma opinião que não é apenas nossa, mas de muita gente na Guarda e, seguramente, no país. -----

Sobre esta evidência do tempo, perguntamos ao senhor Presidente se ninguém da equipa técnica ou a senhora Vereadora da Cultura o não informaram, antes de outubro, do que era preciso fazer para cumprir a candidatura, e de dar sequência ao que, de forma engalanada, entusiástica e que registámos afirmou estar vinculado, basta ler na página catorze e quinze da Reunião de dezoito de abril que convém relembrar, após uma intervenção dos Vereadores do PSD sobre o estado desta situação e deste dossier se, naturalmente, nós aí demos os parabéns e chamámos à atenção para a importância dessa mesma conquista, pelo alcance deste importante apoio e, avisámos construtivamente, nessa altura, de que o dossier precisava de ser devidamente acompanhado. -----

E convém citar o que o senhor Presidente disse nessa ata: «(...)». Mas deve-se também a este Executivo, que fomos nós que tivemos a audácia, a astúcia, com o apoio técnico, fundamental para apresentarmos esta Candidatura e para nos comprometermos com as verbas anuais. Alguém que desdiga aquilo que eu acabei de dizer. Afinal de contas estamos todos dentro do mesmo barco. Eu até podia estar

aqui a tirar muitas vantagens políticas sobre esta matéria, mas isso não importa agora. O que importa foi o que o TMG que conseguiu e o TMG que é da Câmara Municipal da Guarda. -----

Mas se nós ambicionamos apresentar a Candidatura em dezembro último, o Júri, e estamos gratos, ao Júri nacional que aprovou a Candidatura, naturalmente que nós estamos vinculados ao que eles dizem e temos que fazer cumprir aquilo que eles dizem, e ainda bem que o dizem, para podermos colmatar todas estas debilidades que existem e podermos melhorar o Serviço ao Cidadão. -----

E aqui não é só o Cidadão da Guarda, porque, isto foram Candidaturas nacionais, é do Concelho a Guarda, é do Distrito, é da CIM Beiras e Serra da Estrela, é de toda a Região Centro. Foi para isso que a Candidatura foi aprovada, e, portanto, estamos todos felizes e contentes, e acho que estamos todos satisfeitos por aquilo que a DGARTES aprovou face à Candidatura que nós apresentamos em dezembro último.» -----

Pois é senhor Presidente, obviamente que não parece haver dúvidas de que percebeu tarde de mais que, afinal, não tinha condições, sejam elas quais forem, e acaba por se contradizer a si próprio. Em meio ano passado, só em outubro ouviu os técnicos admitir que, assim, já não valia a pena cumprir aquilo que eles [DGARTES] dizem. Sem relatório ou com um relatório técnico descontextualizado e não vinculativo, fez uma opção política clara: «Não assino porque não interessa para o que queremos para o TMG». Ponto, esta é a razão. -----

Desistiu de uma excelente oportunidade, única na história das políticas públicas da área da cultura no país, para com ela, e citamos de novo as suas encorajadoras palavras na reunião de abril, «(...) podermos colmatar todas estas debilidades que existem e podermos melhorar o Serviço ao Cidadão.» -----

Este é um episódio confrangedor da ausência de visão do que deve ser uma política cultural para uma cidade capital de distrito. Repudiamos, por isso, politicamente uma

atitude, que achamos, de arrogância provinciana, ignorância cultural e uma demagogia populista com que este Executivo está a «matar» o TMG como estrutura cultural âncora da Guarda. -----

Desmistificar o argumento financeiro: -----

Abdicar de um apoio de oitocentos mil euros do Estado, através da DGARTES, ficou para a história da Guarda e não só. É um exemplo de chacota nacional. Confrontado com este fato, o senhor Presidente veio reafirmar valores que não batem certo com o orçamento da candidatura. -----

A julgar pela candidatura submetida e aprovada, não é verdade que para receber oitocentos mil euros em quatro anos, o Município teria de despende, naquele período, «mais de três milhões de euros» como o senhor Presidente afirmou. -----

A não ser que tenha outras contas que desconhecemos e que hoje, aqui eventualmente, nos queira esclarecer com evidências fatuais das suas declarações. Não é verdade que para receber os primeiros duzentos mil euros, em dois mil e vinte e dois, «o município da Guarda teria que gastar setecentos e oitenta mil euros, situação que iria repetir-se nos próximos anos». -----

Bastava por isso, em rigor, citar o plano orçamental provisional da candidatura que o senhor Presidente autorizou e submeteu, fato do qual se veio, naturalmente, enfim auto gabar, e bem, publicamente quando se soube que o TMG fora contemplado com o apoio máximo. -----

Manda a transparência e o rigor das contas, valores caros para o senhor Presidente, sei bem, que se diga a verdade dos números e, por isso: -----

O total não é esse número quase redondo, para impressionar de «mais de três milhões». E depois, li em alguns sítios, 3,3 milhões. Não, senhor Presidente! É uma total falácia, a não ser que haja outra candidatura que eu desconheço. Seriam exatamente dois milhões, oito mil e novecentos e dez euros. -----

O senhor Presidente empolou por isso, até prova em contrário, financeiramente o seu argumento em praticamente mais de um milhão de euros, que não têm cabimento na candidatura que foi aprovada. -----

Usou, por isso, o valor total, esse sim de dois milhões, oitocentos e oito mil e novecentos e dez euros. já com o apoio da DGARTES, como se esse fosse o «gasto» do Município. -----

Para que não restem dúvidas, os valores em causa são estes: neste primeiro ano de programação, dois mil e vinte e dois, a autarquia teria de ter um orçamento próprio de quinhentos e oitenta e um mil euros, duzentos e dez. E nos anos seguintes, até dois mil e vinte e cinco, o valor baixava para quatrocentos e setenta e cinco mil e novecentos. -----

Daqui resulta que, ao contrário do que o senhor Presidente disse à comunicação social, não teria este ano de gastar setecentos e oitenta mil euros, porque nesse valor já estão contemplados os duzentos mil da DGARTES. Portanto, é um argumento que não colhe. -----

Se o senhor Presidente mantiver a promessa de ter um orçamento de quinhentos mil euros anuais para a programação do TMG, dentro da «nova política cultural» que não conhecemos, facilmente se percebe que só iria poupar oito mil, novecentos e dez euros. O que, em números redondos, significa gastar praticamente o mesmo que gastaria ou que vai gastar se não tivesse desistido de integrar o TMG na rede nacional de Teatros e Cineteatros Portugueses. -----

Importa sublinhar que o orçamento do Teatro nos últimos anos já rondava esses valores, sob uma visão consistente de que para ser ter uma oferta cultural de qualidade, eclética, abrangente, cosmopolita, popular, comercial e vista como serviço público, é preciso investir e persistir. -----

Cai por terra o argumento financeiro, por isso estranha-se que não se tenha usado no tempo certo, e com rigor, aquando da submissão da candidatura ou no anúncio

dos resultados. Teve aí a oportunidade de dizer que não queria assinar, que tinha outra visão para a programação, o que é legítimo, e que não se revia nos pressupostos de compromisso da própria candidatura. -----

Ou até, mal menor, mandar alterar os valores da candidatura. Se tivesse tido o cuidado de entender bem este dossier, o que não foi o caso, teria percebido que a DGARTES criou quatro patamares de apoio (A- de 200 mil euros; B-150 mil; C- 100mil; D-50 mil). Portanto, se não queria gastar muito, tinha opções mais em conta para a sua noção de programação e mais ajustadas, naturalmente, às contas do Município, se assim fosse o critério. -----

Em suma, por detrás de toda esta salganhada está apenas uma só razão e ela é estritamente política, senhor Presidente e que, digo com toda a clareza, e que me custa dizê-la, mas é esta. E custa-me dizer, porque trabalhámos os dois numa equipa e no âmbito dessa equipa, já agora permita-me esse aparte, trabalhámos os dois, e bem, se calhar o senhor até mais do que eu, como Vereador na altura, com a pasta das Obras e eu com a da Cultura para concretizar uma obra importante para o TMG, que é o túnel. Onde agora passamos com mais conforto do parque de estacionamento para o Grande Auditório. -----

Por isso, custa-me dizer isto, mas tenho que o dizer, portanto, não quer abdicar de controlar politicamente os conteúdos artísticos do TMG, subjugados a um critério demagógico e populista de que é necessário, e citamos, «apostar num tipo de programação que a população da Guarda pretende». -----

Pergunta-se, a concluir: -----

Que estudo de públicos e de expetativas de consumo cultural tem este Executivo para dizer que vai «apostar num tipo de programação que a população da Guarda pretende para podermos almejar aumentar o número de espetadores do nosso teatro municipal»? -----

Quando se refere à redução de espetadores neste seu inaugural ano de mandato, comparativamente a dois mil e dezanove, em que evidências quantitativas ou qualitativas concretas se baseia para dizer que esta diminuição muito acrescida «se deveu ao alegado desajuste da programação ao público-alvo que frequenta normalmente o TMG»? Quantas atividades dessa programação foram alteradas, canceladas substituídas por outras à escolha do atual executivo? -----

Uma vez que disse à comunicação social que, e citamos, «O TMG não está no caminho certo e tem de mudar de programação», deixamos três perguntas finais: --

Qual é o caminho certo que este Executivo apresenta para o TMG? -----

Como ainda não é pública a agenda cultural, supondo que já há atividades agendadas e não divulgadas atempadamente, que mudanças se avizinham na nova programação deste primeiro trimestre? E do ano? -----

Finalmente, quando será apresentada a prometida nova política cultural do município? Obrigado.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, ainda tinha mais um ponto que tem a ver com o pedido dos documentos, não recebemos até ao momento ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Acho que ainda hoje, vos vai ser entregue...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “...a informação que os senhores pediram. Muito bem. Senhor Vereador Luís Couto, sobre esta questão das reparações, os serviços técnicos cada vez que vão para algum local fazer as reparações, a não ser as remendagens dos buracos que é contínuo, então com estas chuvas tem sido uma continuidade, sempre que necessário, eles contactam as Juntas de Freguesia, mas eu dou essa indicação aos serviços. -----

Está aqui o senhor Chefe de Divisão, sempre que forem para alguma Junta de Freguesia façam um telefonema às Juntas, porque pode haver sempre algum outro buraco para tapar ou alguma outra coisa, dentro daquele planeamento, não se pode é

subverter o planeamento que existe, por causa da questão do, «já agora». Mas isso é normal, aliás, nós faríamos exatamente a mesma coisa, mas eu peço aos serviços sempre que, eu sei que é feito, para não dizer na totalidade, mas na grande maioria das vezes, mas que, naturalmente, que seja reforçada esse contacto. -----

No que diz respeito à AR Consultores, já alguém me falava, um dia destes, sobre esse assunto. A Câmara da Guarda desconhece, não tem qualquer relação com esse senhor, aliás eu acho que chegou a perguntar aqui a algum Gabinete se poderia fazer um inquérito. Bom, cada pessoa, cada entidade pode fazer o inquérito que bem entenda. Agora, a Câmara da Guarda nunca pode ser envolvida nisso e as Juntas de Freguesia, cabe a si responder ou não a esses inquéritos que nós desconhecemos em absoluto o objetivo desse inquérito. -----

Aliás, quando nos disseram aquilo que estava a ser questionado, ficámos com a pulga atrás da orelha, não percebemos para que é que isso serve. Mas, é importante estarmos atentos não vá às vezes haver aí mais alguma «chico expertise saloia», permita-me a expressão.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Estes tais inquéritos, depois são (...) vinculativos na pessoa que responde e depois pode trazer no final algumas informações que podem prejudicar o andamento de ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Claro que sim, perfeitamente de acordo. No que diz respeito à consultoria em saúde, nós seguimos até uma sugestão que foi dada aqui pelo senhor Vereador Carlos Chaves Monteiro, para se fazer um estudo por causa da maternidade. -----

E esta consultoria que foi concursada e que foi contratada, que para o estudo dos serviços de maternidade e obstetrícia, é uma análise abrangente que contempla o enquadramento da maternidade, à luz de vários fatores técnicos, demográficos, jurídicos, sociodemográficos e de desenvolvimento regional. E queremos, naturalmente, como a reunião pedida pelo Presidente da Câmara da Guarda ao senhor

Ministro da Saúde ainda não ocorreu, apesar das várias insistências, como o tal dito estudo ainda não foi apresentado a ninguém, nem ao Presidente da Câmara da Guarda, nem à CIM, então vamos nós fazer um estudo. E é isso que está a ser feito.”

- **Luís Couto, Vereador:** “Certo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Única e simplesmente, seguindo a sugestão, e bem, que nós concordámos e que foi feita nesta Reunião.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Como dizia aqui consultoria em saúde, eu fiquei na dúvida.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se seria outra. Não, mas tem a ver com isto. Sobre as questões da alteração orçamental. Eu devo clarificar aqui duas ou três questões. Sobre a questão do parecer, eu vou pedir para que depois façam chegar o parecer do consultor, porque ele existe, eu próprio também tive dúvidas e, portanto, quis que me provassem por A+B que de facto era assim e parece que isto já é feito por grande parte das Câmaras do país e, portanto, é um outro *modus operandi* e eu também quis perceber isso. -----

Bom, mas nós tivemos no ano de dois mil e vinte e dois, cujo quadro comunitário de apoio 2020 caminhou para o seu final e caminha cada vez mais para o seu final, sem novos avisos para novas candidaturas. O quadro 2030 não arrancou e teima em não arrancar, ou seja, vários investimentos, inclusive que nós já aprovámos aqui, mas que não podem iniciar sem termos a garantia do seu financiamento. -----

Portanto, está atrasado, o novo quadro comunitário de apoio. O mesmo é dizer em relação ao PRR com os investimentos na habitação social que nós bem sabemos, que já foi divulgado e já foi aprovado e foi validado pela tutela, mas o processo ..., aliás na semana passada tivemos uma reunião aqui, com o IHRU e com proprietários do Bairro da Fraternidade e do Bairro do Fomento, para resolver o problema, como sabe

senhor Vereador, que anda para ser resolvido há vinte ou trinta anos, da propriedade resolúvel e sem esse estar resolvido, o resto não pode arrancar. -----

E, portanto, tudo isto atrasou. E a própria execução do PRR, como sabemos, que está atrasada. E aqui temos um grande investimento, por via do PRR, com alguma quantia financeira. O mesmo é dizer em relação ao projeto da comunidade energética, cujo concurso ainda não está pronto para lançamento, todo o processo no país está atrasado, os concursos que já saíram estão todos, não digo suspensos, mas estão parados, porque há muitas dúvidas técnicas e tudo isto, como bem sabemos, são vários milhões de euros e tudo isto levou a que algumas execuções que nós quiséssemos levar a cabo, tivessem que estar atrasadas, por esta via. -----

E o mesmo é dizer em relação às competências da educação e da ação social, foi o primeiro ano completo com as novas competências. Bom, e este ano vamos ver o que é que vai acontecer em termos financeiros, tendo em conta o aumento de cerca de três milhões de euros de despesa corrente, conforme eu já tive oportunidade de falar aqui e na Assembleia Municipal, que vamos estar sujeitos, e vamos ver como é que vai correr este ano. -----

Mas, eu devo lembrar também, senhor Vereador, que no ano passado, no final do ano de dois mil e vinte e um, nós aprovámos uma alteração orçamental, que vinha do tempo do seu Executivo, da sua gestão, melhor dizendo, da sua gestão, de cerca de 4,5 milhões de euros. É normal. E foi uma revisão em baixa também, portanto, quando no final do ano há certas e determinadas matérias que devem ser revistas, tendo em conta aquilo que define, e como bem referiu, a lei das finanças locais e tudo isso, nós não podemos deixar de tomar as decisões de gestão necessárias para ir ao encontro daquilo que é prescrito pela lei. -----

Sobre a questão DGARTES. Então vamos começar pelo princípio. Ainda este Executivo, que somos todos nós, não tinha tomado posse e foi dada uma ordem, e

bem, à Chefe de Divisão e aos técnicos para iniciarem o processo de candidatura.

Correto? -----

Foi dada uma ordem, e bem. Já estavam em gestão, mas fizeram bem em dar essa ordem. E foram dadas as orientações para seguir em frente com a candidatura. E nós quando chegamos, daquilo que nos foi dito, nós concordámos, de boa fé, e seguimos em frente. E apresentou-se a candidatura e depois vieram os resultados da candidatura e tudo isso. -----

Mas há aqui mais algumas questões que nós devemos clarificar. Nós continuamos, porque parece que algumas pessoas acharam por bem andar a querer semear a confusão, onde ela não existia. Nós continuamos a fazer parte da rede de Teatros e Cine Teatros Portugueses da DGARTES, continuamos a fazer parte. Aliás, como bem sabe esse era um critério fundamental para se poder candidatar depois aos apoios. -----

Nós continuámos a fazer e vamos continuar a fazer e nas novas programações vamos continuar a apoiar projetos, por essa via. Mas nós queremos apoiar, cada vez mais, a indústria local, com mais força, com mais veemência, as Companhias de Teatro locais, as Escolas de Música locais, as Associações Culturais do nosso concelho, que várias nos vão pedindo apoio para o projeto A, B ou C, mas nós também queremos proteger, e é isso que vos pedimos, queremos proteger a instituição e os técnicos, com uma atitude responsável e não devemos politizar a cultura. É isso que nós pedimos, a cultura não deve ser politizada. -----

E nós com todo este processo, estamos a defender os técnicos e uma programação absolutamente diversificada. A programação, já o dissemos, voltamos a dizer e continuaremos a dizer é autónoma, naturalmente, dentro dos limites financeiros estipulados no orçamento municipal, o único limite é este. É claro que os técnicos apresentam a programação e nós aprovamos ou não aprovamos, se os custos estão acima daquilo que é o previsto. Naturalmente, tal como sempre foi nas datas chave

principais dos eventos municipais, estamos a falar no vinte e cinco de abril, estamos a falar no dia vinte e sete de novembro, que aquilo que pedimos sempre é que seja feito um espetáculo diferenciador e, aí sim, dito mais comercial. Tal como sempre foi e sempre será. -----

E eu devo dizer que a candidatura apresentada foi uma atitude de boa fé de todas as partes, de quem deu a ordem para iniciar o processo, de quem deu continuidade, de quem apresentou. Foi absolutamente de boa fé, mas cheia de erros e de incoerências no seu conteúdo, porque estávamos perante ou estamos perante uma ementa cultural difícil de executar. E nós devemos dizer mais, no próximo aviso, que esperemos que saia rapidamente, nós apresentaremos outra candidatura, mas realista, absolutamente realista, tendo em conta aquilo que é referido no relatório técnico. -----

Senhor Vereador, nós não queremos usar o relatório técnico como bode expiatório. De todo. Portanto, contraria, por completo, as suas afirmações. O contrato que foi enviado, o senhor falou aí nas datas, sabe quando é que foi enviado o contrato pela DGARTES à Câmara da Guarda para ser assinado? -----

No final dos últimos dias do mês de junho, do mês seis. E com o clausulado e com as cláusulas que lá estavam mencionadas, foi quando os técnicos, depois, começaram a falar, em primeira mão com o pelouro e depois mais tarde, depois de fazer as contas todas, começamos a falar, depois do verão, que começámos a falar, ou seja, na retoma da nova programação, sobre tudo aquilo que iria acontecer. E aí começam a aparecer os números e as responsabilidades e os compromissos que tinham que ser assumidos ou não. -----

E culminou, naturalmente, honra, porque os técnicos nas reuniões que tivemos, duas ou três reuniões que tivemos, aquilo que eu pedi foi: sim senhor, se estão a dizer isso, então façam o favor passem a escrito. Então e os políticos não devem ouvir os técnicos, para tomar decisões? É só quando dá jeito? -----

Estão aqui vários Chefes de Divisão, alguns já cá estavam antes, outros já são novos, então os políticos não devem sempre ouvir os técnicos e os Chefes de Divisão para tomar decisões? -----

Sejam elas quais forem, sejam elas em que áreas forem. E sempre que um político quiser contrariar, está nesse direito. Contrariar a opinião técnica tem que o fundamentar, sob o ponto de vista técnico também. E foi aquilo que nós fizemos e seguimos as orientações, mas com consciência. Podíamos não ter seguido as orientações ou as conclusões, mas seguimos em consciência aquilo que os técnicos plasmaram no relatório, com os números todos. -----

E nós sempre dissemos, a parte da bilheteira é aquela que menos interessa para a avaliação, é a que menos interessa, porque nunca foi nenhum valor de bilheteira astronómico, como bem sabemos. É o que menos interessa para a avaliação. Aliás, nós ao falarmos na programação, nos números, no público, etc., de dois mil e dezanove, veja só, até estávamos como que a elogiar o trabalho que foi feito em dois mil e dezanove. É o último ano, diga-se, completo de programação cultural do TMG. -----

Mas, foi último ano que nós tínhamos para comparação, não podíamos comparar com dois mil e vinte ou dois mil e vinte e um. E, por tudo isto, nós decidimos tomar esta decisão, mas para que não haja dúvidas, eu só peço uma coisa: é que seja protegida a Câmara Municipal da Guarda e os técnicos. -----

Eu vou entregar aos senhores Vereadores do PSD e ao senhor Vereador do PS, o relatório dos técnicos. Aquilo que pedimos é que seja protegida a Câmara da Guarda e os técnicos, volto a referir. E, olhe, vai fazer as contas e vai verificar que de facto está acima dos três milhões de euros, com tudo, com os 85%, com os 15% e tal como eu sempre referi, a Câmara da Guarda, ..., depois não alterem as palavras que eu disse. A Câmara da Guarda para receber em quatro anos oitocentos mil euros, tinha que investir mais de três milhões, as contas são estas e estão aí, vão verificar as

contas, está aí tudo e estão as cláusulas todas e a ambição grande e política que foi dada à candidatura, e muito bem, e todos nós subscrevemos, só que depreendendo daquilo que é referido ao longo dos meses, ao longo da execução da candidatura, os técnicos chegaram a essas conclusões. -----

E nós fomos ao encontro daquilo que eles concluíram e tomámos a decisão. E a história é apenas e tão só esta. Se nós queríamos tomar esta decisão? Não, não queríamos. Aliás, devo dizer que anexo também ao relatório, está a declaração assinada por mim, do valor de quatrocentos mil euros que iríamos inscrever no orçamento municipal e está também uma declaração, e bem, da responsabilidade da programação, claro está. Era um dos requisitos da candidatura. E, portanto, sobre essa matéria e de uma vez por todas, pedimos que fique tudo devidamente clarificado, esclarecido e que se proteja e se salvguarde a Câmara Municipal da Guarda e os técnicos.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Senhor Presidente se me permite, para concluirmos esta abordagem, duas notas: que fique claro que nesse objetivo estamos todos empenhados, particularmente, na salvaguarda dos técnicos, ou seja, em lado nenhum, como aliás, o senhor Presidente na altura que nós chamámos à atenção e perguntámos aqui, perguntámos legitimamente, pelo estado deste dossier, mas legitimamente e de uma forma construtiva, interessados em que de facto na Guarda, independentemente aqui do argumentário político e das oposições e das posições, não perdesse esta oportunidade. E, já na altura, o senhor Presidente exclamou «querem lá ver, querem criar confusão na cultura», nós não queremos criar confusão na cultura. Queremos perguntar, com legitimidade e afirmar. -----

E questionar não é criar confusão e, lamentavelmente, este episódio é que criou confusão e, portanto, criou confusão porque é inevitável que é um caso que ganhou notoriedade nacional, o jornal Público dedicou-lhe duas páginas. Olhe que não fui

eu que andei a pedir a nenhum jornalista para fazer a notícia. Como nem sequer uso as redes sociais para coisa nenhuma.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desculpe interromper...” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Na outra semana, publicou outra notícia a esclarecer a situação.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “A minha boa fé, falo por mim, porque não falo..., neste assunto é tão sério, que se for às minhas redes sociais, que até nem quase ..., não está lá uma vírgula, nem uma palavra sobre este caso. Não tiro partido político, nem pessoal sobre esta situação. -----

O que eu lamento é, de facto, sob o ponto de vista da oportunidade, temo-la perdido. E queria deixar claro, que eu particularmente, já que fala desta questão de proteger os técnicos, em momento algum, eu acho que os técnicos não devem ser beliscados ou postos em causa sobre esta matéria. E acho que neste caso, com tudo o que veio a público, lamentavelmente na minha opinião, tenho que o dizer, há pelo menos um técnico, porque o nome dele é o que vem referido no jornal, que acaba por ser uma espécie, se calhar estou a exagerar, uma espécie de linchamento público, quer dizer. -----

O ex-coordenador, já não sei se é coordenador, ainda não percebi muito bem a orgânica nova do TMG. Se é coordenador, se não é, se é programador, do Vítor Afonso, que eu sei, porque na altura eu estava a fazer a candidatura e, portanto, que não seja, porque é mau para ele. É mau para o reconhecimento que ele nos merece, de todo o trabalho bom que ele fez e, portanto, acho que nisso estamos unanimemente de acordo. E acho que esta não é uma boa forma de ele sair de cena, digamos assim, no que diz respeito á maior responsabilidade na programação, pela qualidade do trabalho que fez ao longo dos anos. E que agora, de alguma forma, pode estar ameaçado. -----

Pronto, eu tenho fé e acredito, naturalmente, nas motivações e nas palavras do senhor Presidente em relação ao que vem a seguir, e há essa vontade de permanecer na DGARTES e de voltar a querer fazer a candidatura. E eu acho que, tenho em mim, e tem seguramente o grupo dos Vereadores do PSD ao seu lado, se esse for o caminho. Tenho é esta legítima preocupação, de alguma forma, esta ser uma oportunidade perdida e com isto a qualidade, sendo que é relativo o que é que é a qualidade cultural, nem venho discutir isso aqui. Mas vamos deixar para as próximas fases disto, de toda esta questão e, portanto, que o assunto merece debate, merece. Que o assunto merece ser refletido, merece. -----

E, portanto, custou-me ver algumas declarações do senhor Presidente vertidas na comunicação social, e se lá estão é porque «foram ditas», estou a citá-lo. Pronto, estas questões de criar uma programação ao gosto da Guarda e ao gosto da programação, isto é perigoso. Pronto é só isso. É perigoso. E, já agora, não era incompatível, de acordo com os critérios da própria candidatura, que as coletividades e os grupos de criação local, artísticos, coletividades deixassem de ser apoiadas pelo TMG ou integradas no TMG com base na candidatura, de longe. -----

Aliás, trabalho de criação em comunidade, eu conheço bem os critérios da candidatura, e nada disso estava em risco, pelo contrário. Eram muito mais valorizadas, integradas numa lógica de rede nacional com os outros teatros e que se perde, à luz desta candidatura. Espero que não se perca no trabalho que o Município ..., eu também estou como o senhor Presidente já disse, eu também tenho fé e acredito que os técnicos continuarão a fazer um bom trabalho como sempre fizeram até aqui. Oxalá que sim e é isso que todos desejamos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Está tudo devidamente plasmado no relatório.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Certo. Eu vou ler o relatório com muita curiosidade, que era isso que me faltava.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não é uma decisão fácil de se tomar, mas nós tínhamos que a tomar, pelas mais diversas razões, que nós já falámos.” -----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “Senhor Presidente, mas para concluir mesmo. Mas estará de acordo comigo que isto foi tarde de mais, porque este relatório surge, eu ainda nem o li, surge tarde, porque chegada aquela altura, outubro..., ainda que a decisão tenha vindo em junho, já se perdeu um ano. Já ninguém tem condições para assinar este contrato, convenhamos senhor Presidente. É isso que está em causa.” --
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, o contrato, tal como referi há pouco...”-----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “É melhor assumir politicamente: nós já não estávamos em condições, acabou.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “O contrato chegou no final do mês de junho.” -----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “Pois, em junho.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Foram colocadas questões, não foi só pela Guarda, foi pelo país todo. E não foram acolhidos, os pedidos de alterações, não foram acolhidos.” -----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “Todos os outros assinaram, *á posteriori*.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Veremos o futuro.” -----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “Pronto, certo. Veremos, é verdade.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Veremos o futuro.” -----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “Assinaram, não é. Agora o que vai resultar daí.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, o senhor está a querer fugir um pouco com a questão.” -----
- **Vítor Amaral, Vereador:** “Não, não. Não estou nada.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Volto-lhe a referir. Nós ouvimos os técnicos que conduziram o processo, desde a primeira hora, e bem, e a conclusão deles é essa, função das obrigações que estavam plasmadas na candidatura e daquilo que estava

plasmado, entretanto, no contrato. Porque o contrato foi uma coisa nova que apareceu depois, que não estava na altura da candidatura.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Que não estava na altura da candidatura.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A candidatura já podia ter lá um clausulado do contrato e não tinha.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “As verbas estavam lá também previstas?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, mas para além das verbas, o clausulado do contrato.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aquilo que depois era obrigado. Isso não estava na candidatura, mas depois aparece no contrato, no final de junho. E os técnicos começam-se a assustar com aquilo que lá está. E depois, por isso, começa-se a tirar essas conclusões, depois do verão.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Certo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Entrando na Ordem do Dia, desculpem, já me estava a esquecer aqui de um assunto muito importante, que já agora eu queria ouvir os senhores Vereadores sobre esta matéria. Feira Ibérica de Turismo. Nós estamos na altura, mais que na altura de tomar decisões e nós, naturalmente, tivemos que fazer as contas à vida, como se costuma dizer. E fomos ver o último ano em que se executou, foi dois mil e dezanove, a última Feira Ibérica de Turismo que se fez na sua plenitude. -----

Exatamente o que nós fizemos, do possível, porque há sempre coisas indiretas que não entram por um lado, entram por outro e estão diluídas noutros concursos, noutros contratos. Mas em dois mil e dezanove, a Feira Ibérica de Turismo custou ao Município da Guarda mais de setecentos mil euros, sem financiamento. -----

Não foi só as estruturas, foi tudo o resto que anda á volta daquilo, de tudo aquilo como bem sabemos, foram mais de setecentos mil euros. Ora, a estimativa

orçamental que os técnicos do Município nos fizeram, das diferentes áreas, indicam que neste momento, e função daquilo que está a acontecer no mundo inteiro, a Feira Ibérica de Turismo, a estimativa orçamental e com orçamentos que já pediram, já ultrapassa 1,1 milhão de euros, sem qualquer financiamento, com todos os custos. - Os custos das estruturas, os custos diretos, os indiretos, a reabilitação do Polis depois da ..., naturalmente que sabemos bem o que acontece a seguir, tem que ser tudo repostos, toda aquela programação cultural que lá existe, a segurança, a limpeza, enfim, tudo aquilo que anda à volta da Feira Ibérica de Turismo, estamos com um aumento brutal em relação aos custos. E eu queria ouvir-vos sobre esta matéria, antes de tomarmos qualquer decisão. Estamos a falar em, já ultrapassa, 1,1 milhão de euros. -----

Estamos a falar num evento que é uma marca que já existe, a marca que não estava registada, nós já demos ordem para registar a marca, antes que alguém um dia destes..., é moda no país, alguém se apropriar das marcas dos outros. Perante tudo isto, é uma marca, é uma Feira que se desenvolve durante quatro dias, mas que não tem qualquer tipo de financiamento, infelizmente, a não ser a bilheteira. Mas a bilheteira são, qualquer coisa como, entre dez e vinte mil euros, nunca é mais do que isso, grosso modo. E, por todas estas razões, nós queríamos ouvir-vos. Senhor Vereador Luís Couto? De uma forma franca e aberta.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu tenho alguma dificuldade em me pronunciar, porque não conheço os resultados das Feiras anteriores, os resultados do ponto de vista do que é que trouxe à Guarda a Feira Ibérica de Turismo. Aumentou os números de turistas por esse facto? Os dos operadores turísticos por esse facto? Eu não sei se aumentou, se não aumentou.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não temos esses dados.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “O que eu posso dizer é assim, à partida, pedindo que eu tenho que refletir sobre isto, diria que é um valor considerável para quatro dias. E,

portanto, temos que saber quais foram os resultados operacionais desses mesmos quatro dias. Em termos de imagem para a Guarda, da captação de turistas para a Guarda, de novos operadores na Guarda, mais do que a bilheteira, porque sabemos que estes eventos nunca dão lucro, a bilheteira nunca paga nada, paga muito pouco da despesa.-----

Eu diria que, neste momento, não tendo esses elementos tenho alguma dificuldade em me pronunciar. De qualquer maneira, o meu sentido enquanto cidadão, é que a Feira é importante para aqueles quatro dias, como se fosse uma festa, apenas. E não é importante para o desenvolvimento da Guarda, parece-me que não traz grande coisa, parece-me, não tendo números é a minha perceção das coisas. E o que é certo é que o Município gasta um milhão de euros, que não sei se não pode ser utilizado noutra tipo de captação de turistas. Porque a nós interessa-nos mais, é os turistas, não tanto os operadores, e o que eu sinto, também, é que em termos de crescimento turístico a Guarda tem tido um crescimento que não se sente. Não sei se há números quanto a isso, mas não se sente. -----

A pensar nisto, assim no imediato, eu diria que a FIT poderia ser realizada sim, não anualmente, mas de X em X anos. Arranjarmos uma forma, de não se perder a ideia da realização da FIT, da importância que ela tem, mas não ser anualmente, não se fazer anualmente. Mas, é como eu digo, eu precisava aqui de algumas informações e pensar sobre isto seriamente. E o que se calhar podemos fazer é para a próxima reunião termos uma ideia mais realista daquilo que nós pensamos sobre o assunto. Neste momento, eu não me aventurava a dizer mais nada do que isto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sobre esta matéria, nós vamos ser parcos nas palavras, afirmando duas coisas: a primeira é que a FIT - Feira Ibérica de Turismo é uma marca da Guarda, o anterior Executivo, nos dois mandatos, que exerceu as

funções considerou que era determinante a afirmação do seu projeto, mas atualmente o projeto é outro. -----

E, portanto, essa responsabilidade senhor Presidente, se entender efetivamente que através desta Feira, desta marca da Guarda consegue atingir mais facilmente ou de uma forma mais efetiva os seus objetivos programáticos, o senhor tomará a decisão que entender. Nós, quando aí estávamos e pela herança que tivemos nos anteriores mandatos, sabemos bem, e o senhor Presidente também sabe, da importância que esta Feira tinha, mas a decisão é sua neste momento, é o seu programa que vai ser e está a ser avaliado e que demonstrará que tem capacidade para alicerçar a Guarda e, portanto, este projeto dentro do seu programa é viável ou não é viável, é uma decisão sua. -----

Genericamente, nós revíamos-nos nessa marca importante da Feira Ibérica de Turismo e, portanto, se aí estivéssemos saberíamos como é que havíamos de agir, mas é uma decisão deste Executivo cuja responsabilidade é única e exclusivamente deste Executivo. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Em relação aos custos, eu falei essencialmente por causa dos custos. Foi essencialmente sobre isso que eu falei, não falei sobre o resto. Sobre os custos, os valores envolvidos.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim, mas senhor Presidente, o Executivo tem tido uma série de opções onde, não vamos agora aqui elencar tudo aquilo que foram gastos ou investimentos que o Executivo fez e, portanto, bem basta quando em dois mil e treze havia sessenta e dois milhões de euros de dívida, como o senhor bem sabe, e hoje, felizmente, que em dois mil e vinte e dois essa não é a realidade do Município. -----

Portanto, se o concelho e se na estratégia do seu Executivo é fundamental para a afirmação da Guarda este projeto, eu penso que teria que ser coerente com essa ambição. Se, porventura, tem outros projetos que, mais baratos, mas consegue atingir

exatamente o mesmo resultado que atingiria com a FIT, é legítimo que o faça. Agora, o dinheiro é muito importante e sabe as conversas que nós tivemos muitas vezes sobre a questão dos gastos de dinheiro, mas o dinheiro é para ser bem gasto e para salvaguardar as necessidades das pessoas e dos territórios. -----

E, portanto, esta é a linha que tem que ser traçada, é um projeto estruturante para o Executivo poder potenciar o desenvolvimento que considera essencial nos anos futuros que aí vêm ou não é, ou há uma solução alternativa e aí apresenta à Guarda essa solução alternativa. Se não houver outra solução alternativa é como nós dizemos, em coerência, consideramos que, de facto, esta marca é uma marca importante para a Guarda e que não tem paralelo nos últimos, pelo menos, dez anos.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Muito obrigado.” -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Designação dos Representantes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n.º 68/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

O Conselho Geral dos Agrupamentos de Escolas é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da Escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa;-----

Na composição do Conselho Geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes do município; -----

O número máximo de elementos do Conselho Geral é de 21, como é o caso de ambos os Agrupamentos de Escolas da Guarda;-----

Nestes cenários o Município é representado por 3 elementos;-----

É competência da Câmara Municipal designar os representantes do Município nos conselhos locais -----

Nesta conformidade, -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, na alínea d) do artigo 3º; alínea d) do n.º 2 do artigo 23º; artigo 32.º e n.º 1, alínea mm) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a designação dos seguintes elementos representantes do Município nos conselhos Gerais:-----

• Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque: -----

Amélia Maria da Silva Ramos -----

Alfredo José Carvalho Madeira-----

Sandra Manso Beirão Alpendre -----

• Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Sé: -----

Amélia Maria da Silva Ramos -----

Alfredo José Carvalho Madeira -----

Carla Susana Gomes Abrantes da Cruz-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- Luís Couto, Vereador: “Ora bem, ponto um. Não tenho nada contra a nomeação dos representantes da Autarquia no conselho geral dos Agrupamentos, quer da Afonso de Albuquerque, quer da Sé, não conhecendo o currículo das pessoas, tirando talvez o Dr. Alfredo Madeira, acreditando que o Executivo propôs os melhores, eu diria que não tenho nada a obstar. Agora, se calhar nestas propostas seria bom, termos o currículo das pessoas. Presumo que sejam funcionários da Câmara Municipal?” -----

- **Amélia Fernandes, Vereadora:** “São funcionários da educação.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Certo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Concordamos.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 2 - Proposta de Decisão de Integração do Saldo Orçamental Transitado de 2022 nos Fundos Disponíveis. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro, do seguinte teor: -----

“Proposta VDM n.º 110/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

- A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas (LCPA), na sua redação atual, o Município da Guarda não pode assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis, nos termos da alínea f) do artigo 3.º da citada lei; -----

- A alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, determina que “*integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor*”;-----

- O saldo orçamental transitado do ano de 2022 (saldo gerência anterior), é no valor de 11.824.216,43€, apurado através do mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa¹, mapa constituinte dos documentos de Prestação de Contas; -----

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar os documentos de Prestação de Contas². ----

1 Em anexo – Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2022.-----

2 A aprovar em abril do ano de 2023, a Prestação de Contas do ano de 2022-----

Nessa conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. *Aprovar o mapa da demonstração dos Fluxos de caixa do ano de 2022;*-----
2. *Autorizar nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a incorporação nos fundos disponíveis, do saldo orçamental transitado do ano 2022, no valor de 11.824.216,43€.*-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “Aprovamos o ponto dois.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Concordamos.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 3 - Retificação da Proposta VDM n.º 105/2022, Aprovada na Reunião de Câmara Municipal de 21 de dezembro de 2022, Referente à Aquisição de Sete Prédios Urbanos à Santa Casa da Misericórdia da Guarda, com a Outorga da Escritura Pública de Aquisição. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Senhora Vereadora Diana Monteiro, do seguinte teor: -----

“Proposta VDM n.º 111/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

- Na reunião da Câmara Municipal da Guarda de 21 de dezembro de 2022, através da Proposta VDM n.º 105/2022, foi aprovada por unanimidade a aquisição de sete prédios urbanos à Santa Casa da Misericórdia da Guarda; -----
- Através de email datado de 5 de janeiro do corrente ano, a Santa Casa informou esta autarquia que dois dos prédios urbanos, ambos localizados no Bairro de Salazar, com a n.º 19 e 29, se encontram atualmente ocupados por duas famílias; -----

• O Município, no âmbito das suas atribuições e competências pretende disponibilizar estes imóveis para habitação social, não tendo por isso interesse em adquirir imóveis ocupados;-----

• No entanto, esta autarquia mantém o interesse na aquisição dos referidos prédios urbanos n.º 19 e 29, livres de quaisquer ónus e encargos, logo que estes estejam livres e desocupados de pessoas e bens. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, se digne remeter a presente proposta à próxima reunião do Órgão Executivo para que, ao abrigo do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere:-----

1. Revogar a deliberação tomada na reunião do executivo de 21 de dezembro de 2022, relativa à aquisição de 2 dos 7 prédios urbanos à Santa Casa da Misericórdia da Guarda, a seguir identificados: -----

1.1 Prédio urbano destinado a habitação, localizado no Bairro de Salazar, N.º 19, com a área total de 130,00m² e área de construção de 60,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4009 da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 236, da extinta freguesia da Guarda (Sé), pelo valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros); -----

1.2 Prédio urbano destinado a habitação, localizado no Bairro de Salazar, N.º 29, com a área total de 130,00m² e área de construção de 60,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4030, da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 246, da extinta freguesia da Guarda (Sé), pelo valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros); -----

2. Manter a deliberação tomada na Proposta VDM N.º 105/2022, relativa a cinco dos sete prédios urbanos à Santa Casa da Misericórdia da Guarda, com valor global de €180.000,00 (cento e oitenta mil euros), que a seguir se identificam:----

2.1 Prédio urbano destinado a habitação, localizado no Bairro de Salazar, N.º 7, com a área total de 130,00m² e área de construção de 60,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3979, da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 224, da extinta freguesia da Guarda (Sé), pelo valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros); -----

2.2 Prédio urbano destinado a habitação, localizado no Bairro de Salazar, N.º 11, com a área total de 130,00m² e área de construção de 60,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3988, da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 228, da extinta freguesia da Guarda (Sé), pelo valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros); -----

2.3 Prédio urbano destinado a habitação, localizado no Bairro de Salazar, N.º 17, com a área total de 130,00m² e área de construção de 60,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4003, da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo da Guarda sob o n.º 234, da extinta freguesia da Guarda (Sé), pelo valor de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros);

2.4 Prédio urbano destinado a habitação, localizado no Bairro de Salazar, N.º 30, com a área total de 130,00m² e área de construção de 60,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4033, da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 247, da extinta freguesia da Guarda (Sé), pelo valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros); -----

2.5 Prédio urbano destinado a habitação, localizado na Rua do Amparo, a confrontar de norte e poente com Rua do Amparo, a sul com Travessa do Rato e a nascente com o Município da Guarda, com a área total de 55,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 187, da freguesia e concelho da Guarda, descrito na competente Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 3482, da extinta freguesia da Guarda (São Vicente), pelo valor de €30.000,00 (trinta mil euros).-----

3. O valor de aquisição no montante de €180.000,00 (cento e oitenta mil euros), está cabimentado na rubrica orçamental 0102 07010202 e GOP 2.4.1 2022/22 – Aquisição de Habitações Sociais. -----

4. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para outorga da escritura pública de aquisição.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador? Isto é uma retificação à decisão que nós tomámos aqui, porque, entretanto, deram conta que havia duas casas que já estavam, uma espécie de ocupadas, permitam-me dizer assim, porque ninguém sabia e parece que alguém se meteu lá dentro. Bom, isto aqui pode criar outro tipo de conflitos jurídico-legais e, portanto, à cautela retiramos até que resolvam o assunto e depois ...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Na hora da negociação, presumo que não se sabia deste assunto?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Mas, não se sabia porque não foi procurado saber ou houve aí alguma...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A Santa Casa da Misericórdia a informação que nos deu foi que não tinha qualquer informação de que as casas estariam ocupadas. Indeadidamente, estando ocupadas, estão indeadidamente. Eles agora vão ter que as

desocupar, sob o ponto de vista legal, e depois transmitir-nos, e depois nós cá estaremos para voltar a tomar outra decisão, porque senão podemos correr o risco de depois termos que ser nós a ter que resolver o problema com estes ditos inquilinos.”

- **Luís Couto, Vereador:** “Então, tenho aqui duas questões: a primeira questão é, a toponímia ainda é esta Bairro de Salazar? É que eu de momento chamava-lhe Bairro 25 de Abril.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu também.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Bairro 25 de Abril.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isso não lhe sei dizer.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Achei estranho, quando vi novamente aqui o Bairro Salazar, que foi durante muito tempo, foi.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Foi.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Mas depois deu-me a sensação que tinha passado para Bairro 25 de Abril. Assim um pouco como a Ponte, 25 de Abril, antigamente Salazar. E que seria importante ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Podem ter feito a descrição do que está na matriz da Conservatória, de certeza que passaram o que lá está, e ainda lá está dessa forma.”

- **Luís Couto, Vereador:** “Pronto. A segunda era saber se quem se apropriou destas duas casas são gente com necessidade ou não são gente com necessidade.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desconhecemos em absoluto. E a Misericórdia vai ter que resolver esse assunto e depois vai-nos transmitir. Á cautela, nós retiramos isso da nossa decisão.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Porque é que eu estou a perguntar isto...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas é legítimo. Senão vamos tirar pessoas dali e coloca-las debaixo da ponte?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Pois, é isso mesmo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É legítimo essa questão.” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “É que se assim é, por maioria de razão, a Câmara devia continuar a assumir o contrato na totalidade.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Como foi uma situação desconhecida, e nova para a própria Misericórdia, segundo nos transmitiram. Eles agora vão verificar isso.” ----
- **Luís Couto, Vereador:** “Nós aprovámos, em determinado momento, a aquisição destas casas, da totalidade destas casas, não é?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “E agora estamos a tirar essas duas...” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “E agora estamos a tirar essas duas. Que poderão ser importantes para as famílias que lá estão, se são famílias, não faço ideia.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Por isso é que cabe à Misericórdia resolver..., não dizem-me que são pessoas solteiras que estão por lá, foi o que eles nos transmitiram. Agora eles devem resolver o assunto, seja da forma que for, e depois transmitem-nos. As casas vão ficar ocupadas em definitivo e agora vamos fazer o arrendamento, com aquela gente, com aquelas pessoas que lá estão ou vamos fazer uma ação de despejo, mas isso aí é a Misericórdia que vai ter que resolver e teremos que estar sempre atentos a toda e qualquer solução que possa advir da parte da Instituição.” -
- **Luís Couto, Vereador:** “Eu acho que nós Câmara Municipal, devemos dar os exemplos de, no âmbito da Ação Social claro, e de ajuda ao cidadão da Guarda. E por estas duas, uma, ou votamos hoje a proposta apresentada ou quando tivermos a informação de quem são as famílias, por parte da Misericórdia, e isso eu acho bem que seja a Misericórdia a instruir a informação e a dar a informação real à Câmara Municipal e aí votarmos esta proposta nessa altura ou votamo-la hoje. Votando hoje, eu considero que nós somos uma entidade importante no apoio às famílias da Guarda, eu diria que votaria contra.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, mas nós não podemos estar a adquirir casas, que nós não temos a certeza..., sob o ponto de vista legal não o

podemos fazer, desculpe. Nós não podemos estar a adquirir casas que temos a informação por parte da Santa Casa da Misericórdia que, entretanto, foram ocupadas, porque estamos a transmitir para a Câmara, sem sabermos, um ônus que a Câmara não tem que o assumir agora.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim, eu percebo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás, nós nos últimos meses, últimos dois ou três meses, até trouxemos aqui, encontramos solução no Rio Diz para duas famílias que estavam, uma debaixo da ponte e outra a viver no carro, foi isso que nos foi transmitido, encontrámos soluções.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “E bem.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E para essas pessoas que lá estão..., porque nós não sabemos a que título é que elas lá estão. E se tivermos que vir aqui no futuro encontrar uma outra solução para essas duas pessoas, então cá viremos. Agora, nós não podemos é estar a aprovar, por um lado a aquisição de duas habitações que sabemos de antemão que estão ocupadas, porque depois temos esse ônus a cargo do Município.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim, de ir para a justiça e tudo isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Por um lado, e por outro, nós não podemos estar com o processo em *standby*, suspenso, porque nós temos que dar execução a tudo isto com as intenções que temos para fazer naqueles artigos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Isso é uma coisa que se pede em oito dias à Santa Casa, para resolver esse problema.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas o senhor Provedor da Santa Casa, aquilo que nos transmitiu foi precisamente para retirar, isto até que eles resolvam o problema, que não sabem se vai demorar muito, se vai demorar pouco tempo.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu não estava a dizer relativamente a resolver o problema, eu estava a dizer identificarmos o problema. Que problema é este? Até pode não ser

problema nenhum, podem ser duas ou três famílias muito carenciadas, em que possamos ajudar a resolver a questão.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Tanto se pode resolver em pouco tempo como em muito tempo, por isso é que nós pedimos a retificação para no imediato procedermos à escritura destes artigos e depois, quando estiver o assunto resolvido, é esse o nosso compromisso, que nós assumimos aqui, estando resolvido virá cá novamente as outras duas.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “O que eu pretendo dizer é que nós de forma alguma podemos ser acusados de por na rua famílias que estão ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Por isso é que nós retirámos, senhor Vereador.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “E por isso mesmo é que eu dizia, a Provedoria da Santa Casa tem oito dias para nos informar e nós tomamos a decisão. Se forem, famílias carenciadas adquirimos as casas, se não forem eles que se ponham na rua.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas, senhor Vereador, aquele não é um Bairro de habitação social. Nós estamos a deturpar o espírito daquilo que nós aprovámos aqui a algum tempo atrás, que era para termos habitação acessível.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senão estamos a contrariar aquilo que decidimos há uns meses atrás. Porque aquilo não é, o nosso objetivo, não é para habitação social, é para habitação acessível naquele Bairro. Habitação social é outra coisa.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Mais uma vez, tendo a caracterização das famílias já sabemos o que é.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E, por isso, é que nós trouxemos isto aqui para fazer a retificação, nós podíamos não fazer a retificação, mas nós temos que ser verdadeiros. Temos que informar o Executivo da situação que está a acontecer.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Se é para votar esta proposta hoje eu voto contra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor, não temos nada contra que sejam retiradas estas duas casas...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E quando ficar resolvida a situação, é o nosso compromisso, que nós vamos acompanhar a situação, aliás o senhor Chefe de Divisão acompanha sempre estas situações, e depois traremos aqui novamente, qualquer uma das situações. -----

Porque se a Câmara tiver que encontrar..., a Câmara neste momento não tem habitações sociais disponíveis, conseguiu aquelas, naquelas casas do Rio Diz, porque não estavam a ser ocupadas e com uma remodelação conseguimos colocar lá as duas famílias. Mas se tivermos que encontrar outras soluções no futuro, naturalmente, que ninguém vai ser despejado, ninguém será despejado sem ter uma outra solução, naturalmente é isso que tem que acontecer e se concordarem então propomos a aprovação com o compromisso de acompanharmos o processo. -----

A Divisão de Educação e Ação Social acompanhará o processo e dentro em breve, aliás, até sairá uma carta formal para a Santa Casa da Misericórdia para que nos informe posteriormente, no prazo de oito dias, dez dias ou o que for, quinze dias, sobre o estado da situação da ocupação daquelas duas frações.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Certo, então vou abster-me. Altero o meu voto e vou abster-me. Com esse compromisso, está bem?” -----

A Câmara deliberou, aprovar por maioria, com seis votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes, Diana Monteiro, Carlos Monteiro, Lucília Monteiro e Vítor Amaral e uma abstenção do senhor Vereador Luís Couto.-----

Ponto 4 - Proposta de Atribuição de Designação Toponímica no Concelho da Guarda. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 340/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Tendo em conta o resultado dos pareceres unânimes da Comissão Municipal de Toponímia, onde foi apresentada proposta de atribuição de designação toponímica a um local público na Freguesia de Benespera, proposta esta previamente formulada, que mereceu, por unanimidade, a concordância da Comissão Municipal de Toponímia da seguinte proposta: -----

a) Freguesia de Benespera – Pedido de atribuição do topónimo Professora Idalina Santos ao Jardim junto à Igreja Matriz de Benespera, entre a Avenida Santo Antão e a Estrada Municipal 548; -----

A Comissão deliberou por unanimidade, considerar e aprovar o topónimo “Jardim Idalina Santos”. -----

Proposta: -----

Considerando a aprovação do topónimo, propõe-se a atribuição do topónimo “Jardim Idalina Santos” ao Jardim junto à Igreja Matriz de Benespera, entre a Avenida Santo Antão e a Estrada Municipal 548. -----

Assim, o topónimo a atribuir, “Jardim Idalina Santos”, encontra-se descrito no Caderno de Toponímia n.º 13, em anexo para aprovação.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Votamos favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Favorável.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 5 - Proposta de Tarifário de Saneamento para Clientes sem Contrato de Fornecimento de Água. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 335/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando:-----

- A existência de clientes com contratos de prestação de serviços de saneamento e recolha de rsu’s, de forma agregada ou individual, ou seja, sem contrato relativo ao serviço de abastecimento de água;-----
- Que as tarifas variáveis dos serviços de saneamento e de recolha de rsu’s se encontra associada aos consumos de água. -----

Verifica-se a necessidade de definir um tarifário específico para este tipo de clientes.

Nesse sentido, foram efetuados os cálculos com base na recomendação da ERSAR e nos preços propostos no tarifário para vigorar em 2023 tendo por base os seguintes pressupostos:-----

- Para os consumidores domésticos os cálculos foram efetuados com base no consumo médio de uma família, aproximadamente 10m³/mês. -----
- Para os consumidores não domésticos, foram calculados da mesma forma, 10m³/mês-----

Considerando tudo quanto acima exposto tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar sobre a proposta de tarifário para o ano de 2023, relativa aos clientes com contratos de prestação de serviços de saneamento e recolha de rsu’s, de forma agregada ou individual, ou seja, sem contrato relativo ao serviço de abastecimento de água, conforme tabela seguinte: -----

		Doméstico	Não Doméstico
Saneamento	Tarifa fixa	2,34€	4,56€
	Tarifa média de utilização	7,96€	11,00€
	Tarifa média de recursos hídricos	0,19€	0,19€
Resíduos sólidos	Tarifa fixa	2,50€	6,25€
	Tarifa média de utilização	4,50€	5,75€
	Tarifa média de gestão de resíduos sólidos	1,68€	1,68€
		19,17€	29,43€

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador? O ponto cinco é uma correção em relação àquilo que já existia, aliás, tenho que citar um caso. Vejam só, a Junta de Freguesia de Famalicão da Serra, por um edifício que lá está ocupado pela Junta de Freguesia estava a pagar um valor exorbitante, sem ter que o fazer. Mas o senhor Chefe de Divisão ...”-----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Cinquenta euros.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Cinquenta euros, que não faz sentido nenhum. Este é o caso mais flagrante, mas há muitas outras situações, o senhor Chefe de Divisão poderá clarificar. Há vários clientes que por este tarifário apenas para quem tem..., estas questões do saneamento, esta ligação do saneamento, que não está adaptado e não estamos a ser justos para todos os restantes munícipes. Mas senhor Chefe de Divisão, se fizer o favor ...” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Isto ocorre da adaptação do último tarifário da ERSAR, em que eles recomendam que nós passemos este tarifário, cujo último tarifário que foi composto para este tipo de clientes, data de dois mil e dezoito, a partir daí nunca mais foi feita nenhuma atualização. -----

Nós temos (...) que nós servimos com a rede de saneamento, para os quais nós não temos este serviço de fornecimento de água e, portanto, a faturação não pode ser em função da água consumida, mas tem que ser feita em função de um cálculo estimado de um consumidor médio de água que se estimam ser dez metros cúbicos para o caso de clientes particulares e de dez metros cúbicos também para o caso das empresas. Neste caso são duas, a escola de Famalicão e uma outra empresa que existe, a Pedreira Saraiva. Em que nós temos o serviço de saneamento, mas não tem contrato pago, portanto, este tarifário parece-me que é significativamente mais justo em relação ao tarifário dos utilizadores não domésticos, porque o cálculo que é feito..., antigamente pagavam cinquenta e tal euros e agora acho que ficam a pagar cerca de dezanove euros. -----

E foi esse tarifário que nós construímos, com base nos tarifários que já tinham sido aprovados pela ERSAR, mas especificamente para estes clientes que não têm consumo de água. E, portanto, é a partir de um consumo de água estimado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “O que o Engenheiro está a dizer é que vai-se baixar significativamente aquilo que se pagava face ao que se vai pagar, é isso?” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Esses dois clientes não domésticos, sim. Pagavam cinquenta euros.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Os domésticos?” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não domésticos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “E os domésticos?” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Os domésticos o valor é sensivelmente o mesmo, com a atualização, no passado as contas não eram feitas com a tarifa adequada de resíduos, o que a ERSAR recomenda é que seja incluído nessas contas. -----

Portanto, a pessoa não paga é a água porque não é servida de água, mas paga o equivalente a que uma pessoa qualquer da cidade pagará por saneamento e disponibilidade do serviço de resíduos, que até à data não pagava.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Em Famalicão, que é um dos casos aí citados, há várias quintas de várias pessoas que utilizam, eu diria, meia dúzia de dias por ano, utilizam saneamento. Não utilizam água, porque têm os furos e porque o saneamento não chega lá.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas se não chega lá, não se aplica aqui, isso é só para quem tem ligação à rede de saneamento. São poucos casos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Não, não. Têm ligação à rede de saneamento, mas não têm possibilidade de pedir água, porque os ramais ficam muito longe. Estou a falar das quintas da Carapita, aquela zona da parte de cima do chamado Casteleiro...” --

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aí não têm saneamento.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Aí não têm saneamento sequer. Mas há ali uma série de quintas que têm ou podem ter saneamento, que têm ou podem ter, e que se não têm podem pedir agora. -----

E eu vejo com alguma dificuldade estarmos a aplicar uma taxa a esta gente que utiliza aquele espaço de vez em quando, um fim de semana, depois outro fim de semana daí a dois meses...” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Há aqui a questão, que é a questão da disponibilidade, mesmo para nós que vivemos na cidade e que temos ligação à rede de água, mesmo quando vamos de férias pagamos a disponibilidade do serviço, tanto do saneamento, da água e dos resíduos. Aquilo que a ERSAR recomenda é que se faça uma estimativa de um valor ajustado como consumidor médio. O consumidor médio é o consumidor que gasta até dez metros cúbicos por ano. E foi isso que nós fizemos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Por ano?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Por mês. Dez metros cúbicos por mês.” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Por mês, peço desculpa. Esta tabela já não era atualizada desde dois mil e dezoito e nós fizemos as contas e foi ajustado a esse valor. Estamos a falar de cerca de vinte consumidores no concelho, vinte e quatro, julgo eu, se não me engano.” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “De qualquer maneira o que vai acontecer é que são dezanove, dezassete fixos, ao fim ao cabo?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Sim, sim.”-----
- **Luís Couto, Vereador:** “Muito bem.” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “É a única forma, porque de outra forma tínhamos que colocar um contador, um caudalímetro á saída de todas as caixas de saneamento.” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “Claro, claro. Eu percebo isso.” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Eventualmente, haverá outros consumidores na mesma situação daqueles consumidores que não têm consumo de água e têm furo, mas isso é uma questão que vamos ter que ...” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----
- **Luís Couto, Vereador:** “Voto favoravelmente.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Só também aqui um esclarecimento técnico. Portanto, a regra, está indexada, no fundo, ao gasto de água?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Á água.”-----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “E temos, então, o saneamento e os resíduos sólidos. Neste caso é só para os resíduos sólidos?” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim. A água não entra lá. É saneamento e resíduos. A água não entra. Um dia que essas habitações, que esses artigos tenham abastecimento de água, o tarifário passa a ser outro, automaticamente.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Precisamente.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim e, portanto, nestes casos havia cinquenta euros que se pagava porque tinham, então, um consumo de água?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não, não.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Foi um valor estipulado ...” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Em dois mil e dezoito havia uma tabela, ainda do tempo do SMAS, em que definiu exatamente para este tipo de consumidores que não têm hipótese de acesso à rede pública de água, mas que estão ligados ao saneamento, estimou-se um valor para os consumidores domésticos e não domésticos. E o valor estimado para cobrar aos consumidores não domésticos era esses cinquenta euros. Que depois de feitas as contas...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Tinha por base o saneamento?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não, não sei o que tinha por base. A ERSAR é que neste âmbito nos manda fazer as contas para este tarifário com base naquilo que é o consumo do consumidor médio.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sobre a água?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “A água. O que é que nós fizemos: pegámos no consumidor doméstico que consome dez metros cúbicos e fizemos as continhas. Quanto é que paga de água, em termos de saneamento? Quanto é que paga em termos de resíduos sólidos urbanos? E, portanto, excetuando a água que não têm acesso a ela, fizemos as contas e dá esse valor.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “A média de todos do concelho, de saneamento e de resíduos sólidos é este valor que aqui está anotado, é isso?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não. Isso não é a média.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Ah, não é a média.” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não é a média. O consumidor médio doméstico é que é o consumidor que consome até dez metros cúbicos e foi com base nisso que nós fizemos as contas.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Estes dez, que é o consumidor médio, para chegarem aos dez do consumidor médio, fizeram uma média? Que operação? Só para perceber a lógica ...”-----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Posso dizer que cerca de mais de 80% dos nossos consumidores, consomem até dez metros cúbicos.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “80%...” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Dos utilizadores domésticos.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “80%. E nos não domésticos?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Varia de quatro pessoas, à volta disso.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo. E os não domésticos, também há uma média?” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Os não domésticos, aqui não podemos ir por uma média, são apenas dois clientes. Um, é a Junta de Freguesia de Famalicão, que é uma escola, e outro é uma pedreira, não tem propriamente ...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas a média nos que consomem, não domésticos, ao nível dos custos do saneamento e resíduos sólidos, qual é? Também foram ao universo de 80%? É só para entender. Nós vamos votar a favor.” -----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “O consumo dos não domésticos tenderia a subir muito. Muito mais do que dez metros cúbicos, porque entram as empresas todas, entram os grandes consumidores. Isso aí dispara.” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “E se fossemos para ...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Pois, a média não dava. Então como é que chegamos a este valor? A objetividade deste valor, neste caso?” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Para estes dois usámos a mesma tipologia do doméstico, porque são consumidores muito idênticos.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “São dois casos, é? Só há dois casos no concelho?”

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “É. A escola de Famalicão e a Pedreira do Saraiva que tem as casas de banho nas instalações. Então adotamos o mesmo critério dos dez metros cúbicos, aplicámos o mesmo índice e deu esse valor, mas já está abaixo dos cinquenta euros que estavam a pagar.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 6 - Proposta de Ratificação da Decisão de Atribuição do Apoio a Atribuir a cada Associação Participante no Evento "Vamos Cantar as Janeiras 2023".-

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 346/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando:-----

1. Que cabe ao Município da Guarda a definição e desenvolvimento de uma política que promova o aparecimento e a realização de projetos culturais de reconhecida qualidade e interesse, tendo em vista o desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho;-----

2. O disposto no artigo 3º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, nomeadamente a alínea a) “*promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse cultural e desportivo*” e alínea e) “*estimular a produção cultural de qualidade, salvaguardando os traços essenciais da cultura e património local*”.

3. Este ano, no âmbito do evento “Vamos Cantar as Janeiras” - 2023, que o Município pretende apresentar no grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, nos dias 6 e 7 de janeiro de 2023, pelas 21h30, participarão as várias Coletividades descritas em anexo. -----

4. Atendendo a que este ano o espetáculo acontece em duas noites, sendo que a participação de cada coletividade é para dois espetáculos, foi decidida a atribuição de um apoio de 500€ a cada coletividade (250€ por cada espetáculo), nos termos em anexo. -----

Nessa conformidade, e reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima Reunião de Câmara no sentido de deliberar:-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua atual redação, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara da Guarda, no sentido de, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e alínea o) do n.º 1 do artigo 33º, todos do Regime Jurídico das Autarquias, bem como do disposto no nº 5 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, conceder os apoios financeiros nos termos em anexo.”-----

Anexo

Grupo de Cantares	Valor
Grupo de Cantares da Casa de saúde Bento Menni “Ó da Guarda”	500€
Grupo de Cantares Sete Vozes de Vila Fernando	500 €
Coral Pedras Vivas	500 €
Grupo de Cantares do Marmeleiro	500 €
Grupo de Cantares de Alfarazes	500 €
Grupo Cantares “A Mensagem”	500 €
Grupo de Coral de Maçainhas	500 €
Grupo de Gaita de Beiços da Rapoula	500 €
Grupo de Cantares Cantarinhas de Famalicão	500 €

Grupo de Cantares da Sequeira	500 €
Grupo Cantares da Faia	500 €
Grupo de Cantares das Lameirinhas	500 €
Grupo de Cantares da Arrifana	500 €
Grupo de Cavaquinhos da Póvoa do Mileu	500 €
Rancho Folclórico do Centro Cultural da Guarda	500 €
Grupo de Concertinas Estrelas do Jarmelo	500 €
Cercig	500 €

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “A favor:” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 7 - Proposta de Ratificação da Decisão de Atribuição do Valor da Bilheteira dos Espetáculos "Vamos Cantar as Janeiras 2023", protagonizados por Associações do Concelho, sob a forma de Apoio a duas IPSS do Concelho.

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 348/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Os espetáculos “Vamos cantar as Janeiras” são protagonizados sobretudo por associações; -----

Estes espetáculos, realizados dias 6 e 7 de janeiro no Grande Auditório, têm um custo de bilhete de 1€; -----

Foi intenção do Executivo dar um destino solidário a esta receita; -----

Foram sorteadas duas entidades de cariz social de entre as de menor dimensão e com menores receitas: -----

- Uma IPSS de entre as orientadas apenas para o serviço à população idosa (anexo);

- Uma IPSS de entre as orientadas para o serviço à população infantil sem financiamento especial (anexo)

Nesta conformidade,-----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda, delibere pela ratificação, nos termos do n.º3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a decisão tomada em suplência no dia 5 de abril de 2023, ao abrigo do artigo 42º do CPA, e de acordo com o disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e n.º 1 alíneas o) e u) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, da concessão de 50% da receita em causa a cada entidade sorteada, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo.”-----

Equipamentos de Ação Social - Guarda

Freguesia	Associações	Morada	Contactos	Email	Colunas
Albardo	Liga e Solidariedade e Melhoramentos "Os Amigos do Albardo"	6300-011 Albardo	96270743	albardo.amigos@netvisao.pt	CD_SAD
Aldeia do Bispo	Centro Social e Cultural de Aldeia do Bispo	6300-020 Aldeia do Bispo	271 223434	c.s.c.aldeiaodobispo@gmail.com	CD_SAD
Alvendre	Comissão de Melhoramentos de Alvendre	Rua do Cemitério, 6300 Alvendre	271 227439	angelosoflores7@gmail.com	CD_SAD
Arijano	Os Amigos de Arijano para a Solidariedade Social	Largo Santo António 3, 6300-035 Arijano	271 963030	amigosarijano@gmail.com	CD_SAD
Avulsos da Ribeira	Associação de Beneficência e Solidariedade Social de Avulsos da Ribeira	6300 Avulsos da Ribeira	271 926169	amigosavulsos@gmail.com	CD_SAD
Avulsos de Ambom	Associação Social Cultural e Ambiental Avulsos de Ambom	6300-040 Avulsos de Ambom	271 926169	associacaoavulsos@gmail.com	CD_SAD
Casal Cinza	Comissão de Melhoramentos de Casal Cinza	Rua Principa, 6300-070 Casal de Cinza	271 963993	comissaoavulsos@gmail.com	CD_SAD
Famalicão	Associação Cultural e Social de Famalicão	Rua da Escola 1, 6300-100 Famalicão GRD	271 487325	assocavulsos@gmail.com	CD_SAD
Gonçalvo	Centro Social e Paroquial de Gonçalvo	Rua 1.ª de mai, 6300-115 Gonçalvo	271 431308	associacaoavulsos@gmail.com	CD_SAD
Maspalhas de Baixo	Centro Social e Paroquial de Maspalhas de Baixo	6300-126 Maspalhas de Baixo	271 2110750	c.s.p.maspalhas@gmail.com	CD_SAD
Marmeleiro	Centro Cultural e Social do Marmeleiro	Rua da Escola, 6300-100 marmeleiro	271 979 039	marmeleiro@netvisao.pt	CD_SAD
Panoais	Associação Cultural e Social de Panoais	Estrada Nacional 233, 6300-152 Panoais de Cima	271 227817	cpnpanoais@netvisao.pt	CD_SAD
Pêra do Moço	Associação de Beneficência e Melhoramentos para Freguesia de Pêra do Moço	6300-160 Pêra do Moço	271 963846	abmpm@netvisao.pt	CD_SAD
Pousade	Liga dos Amigos de Pousade	Largo da Igreja, 6300-175 Pousade	271 580278	psarvaio@netvisao.pt	CD_SAD
Ramela	Centro Cultural, Social e Desportivo de Ramela	6300-181 Ramela	271 239269	centroalva.ramela@gmail.com	CD_SAD
Trinta	Associação de Beneficência Cultural e Desporto de Trinta	Av. De Nossa Sr.ª do Soito, 6300-225 Trinta	271 538329	ebvtrinta@netvisao.pt	CD_SAD
Valhelhas	Centro Social e Cultural de Valhelhas	Rua Dr. Emídio, 6300-235 Valhelhas	271 487612	cscvalhelhas@netvisao.pt	CD_SAD
Vila Fernando	Centro Juvenil e Social de Vila Fernando	Vila Fernando, 6300-255 Guarda	271 979997	centrojuvenilsocial@netvisao.pt	CD_SAD
Vila Garcia	Associação de Melhoramentos , Cultura e Recreio de Vila Garcia	Vila Garcia, 6300-265 Guarda	271 979109	assomelhor.vilagarcia@gmail.com	CD_SAD
Vila Soeiro	Associação de Melhoramentos e Ação Social de Vila Soeiro	Vila soeiro, 6300-270 Guarda	271 224939	juntavila-soeiro@netvisao.pt	CD_SAD
Guarda	Centro Social Paroquial de St	Rua de S. Vicente,6300-000 Guarda	271 212293	centrosocialparoquialdeguarda@gmail.com	SAD_CENTRO CONVIVD
Guarda	Associação, Cultural Social e Recreativa dos Sequeiros	Rua Professora Lauretina n.º 18, 6300-881 Guarda	91456153	assoc-sequeiros@hotmail.com	CD_SAD

Equipamentos de Ação Social - Guarda

Freguesia	Associações	Morada	Contactos	Email	Colunas
Porto do Carne	Lugar dos Pequenos Associação de promoção Social do Vale do Mondego	Av. Escola 6300-170 Porto do Carne	271926491	pequenos3@gmail.com	INFÂNCIA
Guarda	Associação Pitadas de Sorrisos	Rua do Corredouro n.º 23, 1.ª Eq., 6300-000 Guarda	925776428	pitadossorrisos@gmail.com	INFÂNCIA
Guarda	Lectária Doutor Proença	Rua Nina Álvares, N.º 2 - 6300-685 Guarda	271212229	lectariadoutorproenca@hotmail.com	INFÂNCIA
Guarda	Valor-Criança	Rua 31 de Janeiro, 73 A/B/ 6300-769 Guarda	918764483	valorcrianca@gmail.com	INFÂNCIA
Guarda	Jardim de Infância o Castelo	Rua Vila de Trancoso, N.º 8 - 6300-773 Guarda	271214803	castelo@netvisao.pt	INFÂNCIA
Guarda	Grupo Desportivo e Recreativo dos Lameirinhos	Rua dos Flores - 6300-706 Guarda	271221887	gdlameirinhos@gmail.com	INFÂNCIA

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O ponto sete, é o montante de seiscentos e trinta euros a cada uma das instituições. Já agora, as instituições que foram sorteadas, se não me falha a memória, foi o Centro de Dia da Ramela e foi a Associação Pitadas dos Sorrisos. Foram sorteadas no local, para receber cada uma delas o valor de seiscentos e trinta euros.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 8 - Proposta de Atribuição de Apoio ao Centro Social e Paroquial de Gonçalo na Sequência do Apoio dado à População da Freguesia que se viu Forçada a Abandonar as suas Casas aquando do Incêndio de 15 de agosto. ----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 347/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que; -----

No dia 15 de agosto de 2022, o incêndio da serra da Estrela reativou com violência propagando-se rapidamente pelo território e obrigando à evacuação de todas as pessoas que residiam na serra de Mor, Quintas da Nossa Senhora da Misericórdia e interface urbano florestal da localidade de Gonçalo e ainda da localidade de Seixo Amarelo para o Centro Social e Paroquial de Gonçalo. -----

Durante o período em que não estavam reunidas condições de segurança para que pudessem regressar a casa, foi assegurada a sua alimentação por esta resposta social.

O valor está devidamente cabimentado na GOP 232 2023/5026. -----

***Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:
Conceder um apoio de mil euros (1 000 €) ao Centro Social e Paroquial de Gonçalo, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e alínea o) do***

n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas alterações legais, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.”

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Este, numa das últimas reuniões aprovámos e a Proteção Civil não tinha lá colocado ...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “É favorável também.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Favorável, também.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 9 - Serviços de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho da Guarda - Ratificação da Decisão de não Adjudicação do Concurso Público Urgente n.º 227/2022. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 341/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

O concurso público “Serviços de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho da Guarda” foi publicado em Diário da República no dia 16 de dezembro de 2022; -----

Após abertura do procedimento na plataforma Vortal, verificou-se que as empresas SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. e EcoAmbiente - Serviços e Meio Ambiente, SA., apenas apresentaram “Declaração de não apresentação de proposta”. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

o Ratificar a decisão de não adjudicação do concurso público de “Serviço de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no

Concelho da Guarda”, conforme a na alínea b) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos; -----

o Ratificar a revogação da decisão de contratar conforme determinado pelo n.º 1 do artigo 80º do Código dos Contratos Públicos.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O ponto nove, já na última Reunião, e depois foi por lapso meu, tinha vos sido entregue até cópia deste processo, e depois acabei por não falar nele, mas nós tivemos que tomar a decisão, e propor a retificação da decisão. Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu do ponto nove dizia que um dia destes estamos todos metidos no tribunal, porque nunca mais resolvemos este problema.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Está no Tribunal de Contas à espera que saia o concurso ...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Pois, é que isto nunca mais anda e, ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nós fazemos sempre os concursos uns atrás dos outros ...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Portanto, andamos aqui claramente fora da contratação pública, já há muito tempo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, fora não. São concursos públicos que fazemos de três em três meses, agora...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “O que é certo é que andamos a fazer concursos de três em três meses.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Só para ter ideia...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Já andamos quase há um ano nisto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O concurso público que foi lançado em dois mil e catorze talvez, andou dois ou três anos nos tribunais e a recolha de resíduos sólidos urbanos não pode ser colocada em causa, naturalmente. -----

Sei que o Tribunal de Contas questionou, fez algumas perguntas, o que é normal, e os técnicos estão a preparar a resposta, bom que é para ver se no período de tempo, é a nossa esperança, que no período de tempo da vigência deste contrato que se resolva outro e passarmos à fase seguinte, claro.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “É o que eu digo, um dia destes estamos todos sentadinhos aqui na porta ao lado, do vizinho a justificar estas coisas.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas, neste caso aqui, temos a população da Guarda toda a defender-nos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Pois, eu acredito.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se nós não o fizermos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Mas a multa vai recair sobre nós, não é sobre a população da Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É que se nós não o fizermos, não se recolhe o lixo e não há outra forma de o fazer.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Pois, eu percebo. Eu voto favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós, claro que vamos votar a favor, há aqui uma decisão de não adjudicação à empresa que concorreu, não é isso?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não apresentaram propostas.” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não apresentaram propostas.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O valor era baixo, era?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Por isso é que eu digo, então o ...” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “(...) do anterior concurso, entretanto, com o aumento do preço dos combustíveis, o aumento do preço da mão de obra previsto para dois mil e vinte e três, ninguém concorreu. O novo concurso público urgente de mais 6% (...) interessado em concorrer.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “O preço base é que está fora da realidade e, portanto, ..., eu também concordo.” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Quando lançamos o concurso público urgente ...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O do anterior.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu nesta ...” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Entretanto, já foi lançado outro e os serviços continuaram...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu acho que aqui uma das questões que se deve suscitar é que é um concurso público urgente. Normalmente, é tão urgente que só vem esta empresa. Pelo menos havia duas que estavam sempre interessadas na Guarda. -----

Talvez alargando o prazo para as duas poderem concorrer, porque o urgente só é mesmo aquela empresa que sabe. E eu compreendo que a empresa, o valor que era do ano passado, que tenha sofrido alterações, como é objetivo, não é? Mas, claro, acautelando os interesses da Câmara que é o preço mais adequado ao serviço que presta, o concurso público urgente é demasiado redutor, porque estamos a falar ali, se calhar, de três dias, não é?” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Não. O concurso público urgente é aberto a todos os interessados.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim, mas eles têm um prazo tão curto, que eu se tiver uma empresa, quer dizer, ou tenho aqui um conhecimento da realidade ou então não consigo em três dias preparar tudo, não é? Nem preparar os carros, nem preparar...” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Sim, é um concurso por dois meses. Mas nós no concurso público internacional que está neste momento previsto no Tribunal de Contas, há várias empresas a concorrer.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu sei, acontecia também quando nós estávamos ..., e sabemos disso. Só que em termos de preço, pronto, ficamos ali também cingidos áquilo que é uma exigência da Câmara, da Câmara não, da empresa. A empresa diz, bem por este preço não faço. Mas a verdade é que também não damos hipótese de o mercado poder responder a esta necessidade transitória.”-----
- **Sérgio Costa, Presidente:** “Esperemos que no período de tempo da vigência deste contrato que se resolva isto do Tribunal de Contas, porque senão temos que fazer aqui uma outra coisa, com mais antecedência, mais ...” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “E dizer que o contrato tem a duração até à apresentação do visto do Tribunal de Contas.”-----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Sim, mas isso está no concurso público urgente.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas tem dois meses.” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “É por dois meses e termina antes se o visto do Tribunal de Contas chegar antes.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas vamos supor que o Tribunal de Contas só decide daqui a seis, não está acautelado nessa cláusula. Devíamos por que tem o prazo que o Tribunal de Contas necessita para proferir o visto, este contrato pode ser até que o Tribunal de Contas der...” -----
- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “O concurso urgente só pode ser no máximo para três meses.” -----
- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas podíamos dar aqui uma figura, sem ser o urgente, para permitir a outras empresas..., digo eu, mas isso vocês saberão. Porque ganha sempre a mesma e é a única que tem condições para...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Nós já votámos pelo menos três vezes, ou três ou quatro, esta proposta ou uma proposta idêntica, quatro vezes.” -----

- **Rui Melo, Chefe de Divisão do Ambiente:** “Quatro no seguimento do concurso público urgente.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Precisamente.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Portanto, o caderno de encargos há de ter alguma coisa que espelhe dificuldades ao mercado em concorrer.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Esta é uma situação transitória.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Hoje em dia esta prestação de serviços, já há cada vez menos empresas no país, porque foram-se fundindo para fazer este serviço. E nenhuma empresa mobiliza meios por três meses, estejam eles onde estiverem, para vincular por três meses ou por um mês se vier o visto do Tribunal de Contas e depois levantam arrais e vão para outro lado. Os custos indiretos que tem com isto é uma soma astronómica e, portanto, é normal que isto aconteça. Mas se o visto do Tribunal de Contas ...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Mas tem que se mexer no caderno de encargos e no tipo de concurso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Se o visto do Tribunal de Contas teimar em não aparecer, bom, teremos que fazer uma coisa mais abrangente.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Este concurso não pode ser urgente senão estamos aqui de três em três meses todos os anos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 10 - Aquisição de Serviços de Estabilização de Emergência - Freguesias de Famalicão, Gonçalo e Valhelhas - Aprovação da Decisão de Adjudicação da Consulta Prévia. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 337/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Em vinte e dois de dezembro de 2022, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 124º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 124º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação da Consulta Prévia “Aquisição de Serviços de Estabilização de Emergência tipologia A21 e B12 para as Freguesias Famalicão Gonçalo e Valhelhas” à empresa Floponor, SA. pelo valor de 343.882,40€ (trezentos e quarenta e três mil oitocentos e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 120 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ponto dez e onze, que é similar. Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Voto favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Favorável, também.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 11 - Aquisição de Serviços de Estabilização de Emergência - Freguesias de Aldeia Viçosa, Videmonte e Fernão Joanes - Aprovação da Decisão de Adjudicação da Consulta Prévia. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 339/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Em 22 de dezembro de 2022, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos.

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso público “Aquisição de Serviços de Estabilização de Emergência – Freguesias de Aldeia Viçosa, Videmonte e Fernão Joanes” à empresa Floresta Bem Cuidada, Lda pelo valor de 227.972,86€ (duzentos e vinte e sete mil novecentos e setenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 120 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 12 - Sistema de Informação em Tempo Real aos Utentes dos Transportes Urbanos da Guarda - Aprovação da Decisão de Adjudicação do Concurso Público DM/CD/2022-28. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 336/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que -----

Em dezanove de dezembro de 2022 o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que foi apresentada uma reclamação, do concorrente António Saraiva & Filhos, Lda. -----

O júri deliberou por unanimidade não dar provimento à reclamação, pelo que não houve alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso público “Implementação de um sistema de informação em tempo real aos utentes dos transportes urbanos da Guarda á Empresa Helenos S.A., no valor de 358.749,00€ (trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor com um prazo de execução de 180 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.-----

o Nomear de acordo com o artigo 290-A do CCP, o gestor do contrato o Técnico Hélder Manuel Martins Cação, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Também voto favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sim, também.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 13 - Execução e Manutenção de Infraestruturas Hidráulicas e Pavimentações no Concelho da Guarda 2022/2023 - Aprovação da Decisão de Adjudicação do Concurso Público - DAM/RA-2022-33. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 349/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Em 4 de janeiro de 2023, o júri do procedimento elaborou o Projeto de Decisão de Adjudicação nos termos do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação da “Execução e Manutenção de Infraestruturas Hidráulicas e Pavimentações no Concelho da Guarda 2022/2023” à Empresa Samuel Augusto, Lda. pelo valor de 136.462,00€ (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o prazo de 365 dias. -----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Também voto favoravelmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Também é favorável.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 14 - Instalação de Creche de Gonçalo - Ratificação da Decisão de Contratar e Subsequentes Atos de Abertura de Procedimento Concursal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 345/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que, -----

1- Existe a necessidade de criar uma resposta social intra freguesias, na valência do Pré-Escolar em Gonçalo e Freguesias envolventes;-----

2 - O Centro Escolar de Gonçalo tem condições físicas para instalação da creche, tendo-se procedido à elaboração dos respetivos projetos de execução, inerentes à remodelação e ampliação do referido Centro Escolar;-----

3 - A implantação da creche no Centro Escolar de Gonçalo, permitirá acolher um universo de 42 lugares, num espaço destinado ao apoio pedagógico e cuidado de crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, com vista a responder às necessidades diagnosticadas.-----

Considerando ainda que,-----

4 - Estão reunidas todas as condições para a execução desta obra, principalmente os requisitos decorrentes dos imperativos legais impostos pelos mecanismos e instrumentos de contratação pública, necessários ao procedimento concursal e à submissão da candidatura ao PRR — Aviso de Abertura de Concurso n. 2 04/C03-i01/2022;-----

5-Torna-se necessário à presenta data e por motivos de urgência imperiosa, proceder à abertura do procedimento concursal que possa integrar a agenda da próxima reunião ordinária do Órgão Executivo. -----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a ratificação da decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e três, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente, a autorização da despesa, da decisão de contratar, a aprovação das peças do procedimento e a designação do júri do concurso público de "Instalação de Creche de Gonçalo", nos termos do disposto nos artigos 36º, 40º e 67ª a 69ª e 109º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA." -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** "Senhor Vereador Luís Couto?" -----

- **Luís Couto, Vereador:** "Também favorável." -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** "Senhores Vereadores?" -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** "Favorável." -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 15 - 2ª Alteração do Plano de Pormenor do Novo Polo Industrial da Guarda. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

"Proposta PCM n.º 344/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

1. Em reunião ordinária, realizada em 11 de abril de 2022, conforme aviso publicado no Diário da República, 2ª série, através do Aviso n.º 15363/2022, de 4 de agosto de 2022, a Câmara Municipal da Guarda deliberou dar início a um procedimento de alteração do Plano de Pormenor do Novo Polo Industrial da Guarda (PPNPIG). -----
2. Nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) a elaboração de planos municipais é determinada por deliberação

da Câmara Municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação.-----

3. Na referida deliberação foi aprovado o período de participação, não sendo, no entanto, estabelecido o prazo da sua elaboração. -----

4. Com a referida aprovação foram igualmente aprovados os respetivos objetivos e Termos de Referência: -----

- Rever vários aspetos do “Plano de Pormenor do Novo Polo Industrial da Guarda” no sentido de encontrar soluções que permitam otimizar a solução urbanística do em vigor, de forma a possibilitar a criação de novas parcelas/lotas adequados à atual procura; -----

- Diversificar o tipo de oferta de lotes/parcelas e criação de condições adequadas à fixação de novas empresas no concelho (ou eventual realocação de algumas das existentes);-----

- Eliminar situações em que as normas e disposições do plano em vigor possam ser revistas no sentido de melhor poderem vir a acolher as respetivas pretensões;-----

- Eliminar desnecessários constrangimentos à sua instalação e funcionamento das empresas, designadamente quando estão em causa situações de criação dos necessários acessos, a partir da via pública, ao interior dos lotes ou parcelas;-----

- Otimizar a oferta de estacionamento público para viaturas ligeiras e pesadas, incluindo no Parque TIR já existente;-----

- Reconfiguração das áreas do domínio público. -----

5. Não sendo estabelecido o prazo de elaboração da alteração do (PPNPIG) foi assim preterida a formalidade legal prevista n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, o que implica a anulação do ato praticado nos termos do artigo 163º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).-----

Considerando ainda que: -----

6. Foi igualmente deliberado na referida reunião da Câmara Municipal, promover os procedimentos necessários à renovação da homologação da cartografia, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, na redação do Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto. -----
7. Iniciado o procedimento acima referido, se verificou que a cartografia vetorial existente, dadas as suas características, não cumpre as especificações previstas no Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, na redação do Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto. -----
8. Se iniciou o procedimento, por ajuste direto, de aquisição de cartografia vetorial homologada adequada para o PPNPIG.-----
9. Para esse efeito foi convidada a firma SOCARTO, apresentando esta na sua proposta uma calendarização para a realização do serviço de 180 dias, aos quais acresce um prazo de homologação da cartografia pela Direção Geral do Território (DGT) de 90 dias úteis. -----
10. O contrato de aquisição do serviço acima referido foi assinado dia 13-12-2022, implicando que prazo para a conclusão do procedimento e respetiva homologação da cartografia poderá ir no máximo até ao dia 19-10-2023. -----
11. Só após a homologação da cartografia poderá ser dada continuidade aos procedimentos indispensáveis de alteração do plano, procedendo-se consequentemente à apresentação junto da CCDRC da alteração do plano e relatório ambiental, no sentido desta, convocar as entidades representativas dos interesses a ponderar para a conferência procedimental, nos termos do artigo 86º do RJIGT. ----
12. A elaboração da alteração do plano só se considera concluída com a aprovação da proposta pela Assembleia Municipal e a respetiva publicação no Diário da República, nos termos do artigo 92º do RJIGT.-----

13. Tendo em consideração os prazos indispensáveis de tramitação do procedimento da 2ª Alteração do Plano de Pormenor do Novo Polo Industrial da Guarda, se considera adequado o prazo de 15 meses para a conclusão do mesmo. -----

Reportando ao atrás descrito tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

14. Declarar a anulação da deliberação datada de 11 de abril de 2022, publicada no Diário da República, 2ª série, através do Aviso n.º 15363/2022, de 4 de agosto de 2022;-----

15. Dar início ao procedimento de alteração do PPNPIG, aprovando os respetivos Termos de Referência, acima referidos; -----

16. Estabelecer o prazo de 15 meses, a contar da data da publicação da deliberação no Diário da República, para a conclusão do procedimento de alteração do PPNPIG; -----

17. Estabelecer o prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação da deliberação no Diário da República, para que todos os interessados possam proceder à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração;-----

18. Promover, para efeitos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) quanto à sujeição da alteração ao PPNPIG a avaliação ambiental estratégica;-----

19. Promover os procedimentos necessários à aquisição de cartografia vetorial homologada, nos termos do disposto no artigo 15.º-A do Decreto-lei n.º 193/95, de 28 de julho, na redação do Decreto-lei n.º 130/2019, de 30 de agosto; -----

20. Proceder à respetiva publicitação da deliberação nos termos e formas legalmente previstos, designadamente através de aviso a publicar no diário da

república, na plataforma colaborativa de gestão territorial, página da internet da Câmara Municipal e comunicação social. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Os técnicos tinham conhecimento da lei e do critério que ela mesma em si insere. Declarámos em onze de abril de dois mil e vinte e dois a anulação da deliberação desta data, que está publicada em Diário da Republica, no aviso que aqui é referido. O que eu pergunto é: a informação técnica e, portanto, quem a fez não tinha conhecimento disto ou tinha?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, eu fiz mais ou menos a mesma pergunta, mas o senhor Chefe de Divisão poder-nos-á clarificar, senhor Arquiteto Leonel, sobre esta questão do plano pormenor da Plataforma Logística, se fizer o favor.” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Sim. Como disse, e bem, no dia onze de abril de dois mil e vinte e dois, foi deliberado em Reunião de Câmara o procedimento de alteração do plano de pormenor da PLIE. Entretanto, verificou-se que a cartografia tinha que estar homologada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Acabou por caducar a cartografia.” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Estava caducada e tinha que ser homologada e tinha que se fazer uma nova cartografia, tinha que se contratar uma nova cartografia. Entretanto, fez-se esse contrato da cartografia, por um período razoável, e fez-se um contrato só em dezembro. -----

E verificámos que o contrato da cartografia ia terminar depois do término da elaboração do plano. O que não fazia sentido nenhum, se precisávamos da cartografia para introduzir no plano, a cartografia vetorial atualizada, homologada, não fazia sentido, pois terminava o prazo da elaboração do plano e a cartografia ainda não estava pronta. -----

Então, leva-nos a que poderíamos prorrogar o prazo da elaboração do plano, mas prorrogando o prazo da elaboração do plano, como é só de seis meses, mesmo assim prorrogado o prazo, terminava em fevereiro ainda antes de termos a cartografia. Daí a necessidade de avançarmos com o novo procedimento para elaboração do plano e aguardamos agora pela cartografia atualizada. Tem que ir a homologação e ainda vai demorar algum tempo, daí esta necessidade de avançarmos agora para uma nova contratação. E isto tem a ver mais com os prazos, com os *timings*.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Certo. Eu aqui não percebi isso. Arquiteto, eu até pensei assim, não estou a perceber nada. Aprova-se, desaprova-se.” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Não, não foi acautelada na altura quando se fez a primeira deliberação...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Pois, eu já percebi. Numa altura eu até pensei assim, estão a fazer de mim parvo, só pode. Mas agora já percebi.”-----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Porque só tinha três anos de validade, a cartografia. E já tinha passado. Ninguém calculou, não foi acautelado isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A cartografia, aliás é uma discussão que anda no país, porque esta questão da cartografia é tão ou mais importante que muitas outras coisas em termos de planeamento e é um entrave à execução de planos. É transversal no país.”-----

- **Luís Couto, Vereador:** “É pena as cartas militares não estarem bem atualizadas.”

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Depois tem a ver também com a área da própria intervenção. Se for superior a dois hectares tem que ter uma cartografia homologada, que é o caso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nesta matéria, nós temos que também evidenciar aqui erros de planeamento. Quando se diz aqui, não sendo estabelecido o prazo da

alteração do projeto do novo Parque Industrial da Guarda, foi assim preterida a formalidade legal prevista no número 1 do artigo 76. Depois há um contrato de aquisição dos serviços de cartografia pela empresa SOCARTO no dia 13/12/2022 e depois diz-se aqui que a respetiva homologação da cartografia poderá ir ao máximo até do dia 19/10/2023. Só após homologação..., portanto, há aqui uma série de contradições e de lapsos que a primeira ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Foi o que o senhor Chefe de Divisão acabou de dizer agora. Eu também fiz as mesmas perguntas, porque nós não podemos ter o plano fechado sem termos a cartografia homologada. As coisas andam em simultâneo, a cartografia está homologada é transposta para o plano e faz-se...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós temos a primeira proposta de abril, eu tenho-a aqui e é basicamente igual, quer dizer o que já está previsto hoje era o que já estava previsto na altura. Só que não cumprimos.” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “A proposta da elaboração do plano é igual, agora o que entrava, é precisamente a cartografia que tem que estar homologada e neste momento não está. Aliás, e já em abril não estava.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo, em abril sim.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás, ela caducou nessa altura.” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Ela caducou nessa altura e a validade era de três anos.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “E este concurso com a SOCARTO?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim. Foi feito no final do ano.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Ela estava a trabalhar essa matéria..., só que depois resulta aqui da proposta que se apresentar esse trabalho, depois tem um prazo limite de validade.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Só para termos ideia, a Direção Geral do Território tem três meses para a validar. Assim que chega lá, tem noventa dias para poder validar.” -----

- **Leonel Grilo, Chefe de Divisão do Planeamento e Gestão Urbana:** “Este prazo alongado deve-se precisamente por causa da cartografia. Em abril, como está aqui descrito, foi adjudicado à SOCARTO, contratada a SOCARTO para elaborar a cartografia e no contrato são seis meses para a elaboração, ficou assim decidido. Seis meses para a elaboração e depois são mais três meses para homologação. Poderá não ser necessário este tempo todo, espero bem que não. E depois este período para a elaboração do novo procedimento, para a elaboração do plano, temos que estar seguros que já temos que ter a cartografia homologada para introduzir no plano, porque depois vamos ter que pedir pareceres à CCDR, para termos pareceres e se elaborássemos o plano e com o parecer da CCDR, não tínhamos a cartografia homologada caía por terra ...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas tivemos aqui oito meses, que é um tempo desperdiçado, não é, estes oito meses. Pronto, temos que aprovar isto, mas são oito meses que podiam as coisas estar já mais adiantadas e não foram adiantadas. Mas, pronto, é o que é. Claro que sim, temos que reformular aqui o plano pormenor do novo Pólo Industrial da Guarda e votamos a favor, mas achamos que estes oito meses foram perdidos. Votamos a favor.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 16 - Caminhos de Ligação aos Passadiços do Vale do Mondego - Prorrogação de Prazo. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 342/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que, -----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à empresa Oqualte – Construções, S.A., pelo valor de 494.966,47€+IVA e com um prazo de execução de 180 dias, sendo o termo final do contrato a 27 de dezembro de 2022; -----

2 – Em 07.12.2022, o adjudicatário vem solicitar prorrogação de prazo por mais 120 dias, justificando o atraso dos trabalhos devido à dificuldade em obter os materiais essenciais para a realização dos trabalhos, o que tem dificultado o avanço dos mesmos; -----

3 – Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta, verificaram-se transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos, atendendo ao atraso dos mesmos. -----

Considerando ainda que, -----

4 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos;-----

5 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

6 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo à informação da fiscalização da obra em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

– Aprovar a prorrogação graciosa de prazo por mais 120 dias, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos e n.º 4 do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Só dizer algo que se encontra quando se vai aos Passadiços, isto não tem nada a ver com a proposta, mas tem a ver que não há sinalética nenhuma que leve uma pessoa, que não seja da Guarda, aos Passadiços. Há aqui alguma dificuldade e se calhar era bom, aqui em dois ou três pontos estratégicos colocar...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Os técnicos já estão com isso em mãos, hoje em dia toda a gente vem com GPS diretos aos locais, mas ainda há uma percentagem pequena que não vem, mas os técnicos já estão com isso em mãos.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Relativamente à proposta, começa a ser normal, na Câmara da Guarda, o pedido de adiamento. Faz-se a empreitada e entrega-se a empreitada a uma determinada empresa e a empresa ao fim de um mês, ainda nem um mês, depois de assinar o contrato, vem pedir a prorrogação do prazo para a realização da obra. -----

No caso, eu acho completamente abusivo, primeiro porque esta frase que está aqui, justificando o atraso dos trabalhos devido á dificuldade em obter materiais essenciais para a realização dos trabalhos, eu diria que não colhe, neste momento não colhe, porque tem que ser especificada. Porque isto é uma frase normal, dá para tudo e para todos. -----

E, depois, eu acho que é um pouco descaramento estar-se a pedir para uma obra que deveria estar pronta em junho, vir a estar pronta para o fim de dezembro, ou seja, um ano depois. Não é um ano, são dez meses, mas quer dizer, é tanto a prorrogação do prazo quase como aquele que a empresa assinou. O que retira, também, ao mercado aqui algum, enfim, direito de critérios de igualdade. Porque a empresa vem e já sabe, vou pedir prorrogação do prazo, porque no dia vinte e sete de dezembro quando assinou o contrato, com toda a certeza, já passava na cabeça da empresa pedir mais quatro meses de prorrogação de prazo. -----

O que coloca logo em desigualdade perante as outras empresas que concorreram, ou que não concorreram. E, portanto, eu neste momento e porque isto já vem passando a mais, as empresas têm que começar a ter juízo no que toca a esta questão da prorrogação dos prazos e eu voto contra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Chefe de Divisão, peço que nos ajude a clarificar a evolução dos trabalhos nesta empreitada. Estamos a falar nos caminhos de acesso e não da outra empreitada dos Passadiços, apenas nos caminhos de acesso.” -----

- **Horácio Brás, Chefe de Divisão das Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas:** “Eu queria dizer o seguinte. Saiu um Decreto-Lei que é o 36, que tem a ver com medidas excecionais de contratação, onde ocorre efetivamente essa situação da falta de materiais. Ou seja, o que tem surgido, efetivamente, tem sido a falta de materiais, no entanto, temos aqui uma situação que não podemos reportar, efetivamente aqui, que tem a ver com as condições climatéricas. -----

Ou seja, neste tipo de caminhos a intervenção que estava preconizada e que estava prevista em termos de objeto do contrato era a pavimentação do caminho em termos de calçada e a implantação de condutas. Ou seja, estamos a falar de grandes extensões, estamos a falar dos Trinta, desde a Quinta do Fojo aos Trinta e estamos também a falar a nível do (...). -----

Ou seja, as condições climatéricas que aconteceram não foram favoráveis, efetivamente, á gestão dos trabalhos e isso é que atrasou também em parte essa intervenção e também por parte, digamos assim, da falta de materiais. Agora, nós em termos legais não podemos reportar, porque essa figura saiu do Decreto-Lei, mas isso foi o grande problema que aconteceu e também aliado à falta de materiais. Temos que referir aqui isto, porque nós reportamos e fazemos a justificação para o Decreto-Lei 36, mas não fala lá nas condições climatéricas. Eu queria deixar isto em cima da mesa, porque é importante falarmos aqui.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim, mas vamos ver uma coisa, a empresa Opualte está a pedir-nos a prorrogação de prazo por cento e vinte dias, assinou o contrato em vinte e sete de dezembro, se houve atrasos, houve atrasos de menos um mês ainda.”

- **Horácio Brás, Chefe de Divisão das Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas:** “Sim, mas quando estamos a falar em termos de pavimentações e condutas que era a grande maioria dos trabalhos, mal foram executados, ou seja, foi uma pequena parte. -----

Era impossível trabalhar com as condições climatéricas e tendo em conta que os Passadiços, efetivamente, começaram em setembro abertos, ou seja, tem que ser conciliado, efetivamente, com os utentes, com os visitantes.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Então, mais uma vez eu digo que o caderno de encargos tem que pensar nisso e tem que ser adaptado aquilo que é a cidade da Guarda, e ao tempo que normalmente acontece, não o que aconteceu em vinte e um, no início de vinte e dois e final de vinte e um, mas é o que acontece normalmente. -----

Agora o que se passa é que isto é algo que não tem a ver com a Câmara, naturalmente, mas é um padrão que eu diria que já é normal, usual, em tudo isto, às prorrogações.

Nós temos aí gente que pede para um contrato de trezentos e sessenta e cinco dias, pede trezentos dias, não é? Acho que isto em termos de concorrência do mercado é completamente desleal, porque eu posso ter uma empresa que diz assim: não se tivesse mais tempo eu fazia isto, se calhar até por melhor preço, mas quem ganhou já fez aquele preço, porque sabe que a seguir vai pedir outro tanto tempo de prorrogação de prazo e é autorizado. Portanto, as empresas têm que arrear caminho, porque senão nós nunca mais conseguimos controlar isto.” -----

- **Horácio Brás, Chefe de Divisão das Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas:** “Senhor Vereador, isto foi mesmo uma situação imprevista.” ----

- **Luís Couto, Vereador:** “Claro, não duvido. Era o que me faltava estar a duvidar.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aliás, nestes casos, até no caso das condições climatéricas, o empreiteiro, sob o ponto de vista legal, ele podia acionar logo certas e determinadas cláusulas tendo em conta os dois meses chuvosos que tivemos. E as calçadas, tudo o resto do trabalho dos caminhos foram feitos os arranjos, mas as calçadas é que de facto, era impossível e com alguma inclinação que têm os caminhos...” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim, sim, pior ainda. E com a areia molhada, muito pior ainda e tudo isso. Eu isso percebo, mas quer dizer, nós vamos ter que nos salvaguardar de alguma maneira, a Câmara vai ter que se salvaguardar destas situações de pedidos de prazo, prazo, prazo. Vamos ter que nos salvaguardar de alguma forma, para que isto não seja uma regra, e seja mesmo uma exceção.” -----

- **Horácio Brás, Chefe de Divisão das Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas:** “Mas são prorrogações completamente legais e há a possibilidade perante estes imprevistos, é isso que eu estou a referir.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Sim, sim.” -----

- **Horácio Brás, Chefe de Divisão das Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas:** “O Tribunal de Contas não considera que efetivamente se ponha em causa a livre concorrência.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Então eu altero o meu parecer e abstenho-me.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nesta matéria registamos aqui mais um atraso de quatro meses nesta obra, temos um prazo global de cento e oitenta dias e estamos a prorrogá-lo em mais de metade. -----

Sabemos o que é que está em causa, embora a proposta não o diga, aliás se olharmos para o pedido formulado pela empresa, diz apenas: prende-se com a excepcional

dificuldade em obter material essencial para a realização dos trabalhos. Ora, a maior parte destes trabalhos, e corrija-me se eu estiver errado, trata-se já dos caminhos naturais, não se trata de toda aquela estrutura em madeira que...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Calçadas, são as calçadas.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Calçadas?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Não é o arranjo do caminho...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Essa parte foi feita, não digo a 100%, mas a 99%. As calçadas é que não foi feito um metro.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Pois, é essa questão, olhando para o trabalho, cento e vinte dias, cento e oitenta, a grande parte não precisava destes materiais e precisa é apenas de correção dos acessos e dos caminhos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas as calçadas, a grande parte da fatia de leão do valor desta empreitada é a execução das calçadas.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “E as calçadas, mais concretamente em que zona? Porque aquilo é Parque Natural?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, mas está tudo licenciado. Aliás, quando trouxemos aqui o concurso já estava tudo licenciado pelo Parque Natural. Como sabe, já foi uma coisa que nós já falámos aqui sobre esses licenciamentos. Que é a calçada que vai desde os Trinta até aos Passadiços, até à Ponte do Fojo e na zona de Vila Soeiro – Mizarela há outros troços de calçada, em algumas zonas mais íngremes e com o solo mais...” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “É reposição ou ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não. É calçada nova.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo, e está legal.” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu, por acaso, deu-me a impressão que o Parque autoriza desde que seja calçada em pedra e que não seja fechada com cimento.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É exatamente, tem que ser tudo muito bem justificado.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “De qualquer maneira essa proposta ..., eu não teria suscitado essas questões se a proposta tivesse sido mais concreta nessa matéria de que se trata de calçada ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O pedido por parte do empreiteiro mais justificado.”-

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo. Mas, aprovamos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “Eu abstenho-me. Mesmo assim, abstenho-me para dar um sinal, nomeadamente ao empreiteiro, não é à Câmara, mas é ao empreiteiro.”-----

A Câmara deliberou, aprovar por maioria, com seis votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes, Diana Monteiro, Carlos Monteiro, Lucília Monteiro e Vítor Amaral e uma abstenção do senhor Vereador Luís Couto.-----

Ponto 17 - Reabilitação dos Edifícios Municipais (Interação Social) - Rua dos Cavaleiros - Liberação Parcial de Caução. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 343/2023

(Mandato 2021-2025)

Considerando que: -----

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, foi efetuada a vistoria à empreitada, para efeitos de liberação parcial da caução e elaborado o respetivo auto de vistoria, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, tendo-se verificado que: -----

a) Os trabalhos se encontram executados em conformidade com as obrigações contratuais e legais do empreiteiro;-----

b) Inexistência de defeitos da obra, da responsabilidade do empreiteiro. -----

Reportando ao atrás descrito e atendendo aos factos apresentados no auto de vistoria em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Ao abrigo do disposto nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, a liberação da caução em 75%, considerando ser o terceiro ano, após a receção provisória da empreitada, ocorrida a nove de abril de dois mil e dezanove.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo. Mas, aprovamos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador Luís Couto?” -----

- **Luís Couto, Vereador:** “É favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “A favor.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de exequibilidade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e trinta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, Técnica Superior, que a subscrevi. -----